



**FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA
INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA**

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

RELATÓRIO 2023

***FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA
DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA***

Brasília, 2023



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

SUMÁRIO

DADOS CADASTRAIS DA INSTITUIÇÃO.....	2
DESCRIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO.....	3
FINALIDADE ESTATUTÁRIA DA ENTIDADE.....	3
APRESENTAÇÃO.....	4
INTRODUÇÃO.....	5
JUSTIFICATIVA.....	6
OBJETIVOS GERAIS.....	9
METAS.....	10
AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS.....	11
EQUIPE ORGANIZACIONAL.....	11
METODOLOGIA.....	13
UNIVERSO DE STAKEHOLDERS.....	13
ÚLTIMOS 20 ANOS DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA.....	13
PRÉ-SAL.....	14
A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA PÚBLICA.....	15
EMPREGOS GERADOS.....	16
INVESTIMENTOS EM ESTALEIROS NOVOS E EXISTENTES.....	17
ATIVIDADES DA FRENTE NA CÂMARA FEDERAL.....	20
VISITAS TÉCNICAS AOS ESTALEIROS.....	24
ESTALEIRO RIO GRANDE - ERG 1.....	24
ESTALEIRO RIO GRANDE ERG 2.....	35
ESTALEIRO ERB - ESTALEIROS DO BRASIL.....	45
ESTALEIRO RENAWE.....	56
ESTALEIRO MAUÁ.....	64
ESTALEIRO DETROIT.....	80
ESTALEIRO THYSSEMKRUPP - EMGEPRON.....	86
CONCLUSÕES E INDICAÇÕES.....	89
CONTEÚDO LOCAL.....	89
FINANCIAMENTO.....	92
FMM - FUNDO DE MARINHA MERCANTE.....	92
FUNDO GARANTIDOR E INCENTIVOS.....	94
EMBARCAÇÕES IRMÃ DULCE E ZÉLIA GATTAI.....	95
PETROBRAS E TRANSPETRO.....	96



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

INSTITUTO DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA.....	97
DESCOMISSONAMENTO.....	98
SECRETÁRIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO MAR.....	99
BR DO MAR.....	102
DESONERAÇÃO DA FOLHA DOS ESTALEIROS.....	104
DESONERAÇÃO DA FOLHA DOS MARÍTIMOS.....	105
COMPOSIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA.....	106

DADOS CADASTRAIS DA INSTITUIÇÃO

Nome da entidade: Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Naval Brasileira	
Endereço: Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Anexo IV	
Cidade: Brasília	Distrito Federal
Contato: +55 (61) 3215.5452	CEP: 70160-900
Email: dep.alexandreindenmeyer@camara.leg.br	
Representante legal: Deputado Alexandre Lindenmeyer	Cargo: Presidente



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

DESCRIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A criação da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira tem por objetivo propor e apoiar iniciativas públicas e privadas que contribuam para o desenvolvimento e expansão do setor, fortalecendo o conteúdo local, a produção de ciência e tecnologia e demais ações que fortaleçam a Indústria Naval Brasileira.

Cabe destacar que a indústria naval teve grande importância para a economia brasileira e entendemos como urgente a ampliação de investimentos no setor.

FINALIDADE ESTATUTÁRIA DA ENTIDADE

A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA têm atuação no âmbito do Congresso Nacional, com caráter suprapartidário, de interesse público, de âmbito nacional, integrada por Deputadas e Deputados Federais, Senadoras e Senadores da República. A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA é uma entidade de direito privado, constituída por representantes de diversas correntes de opinião política da Câmara dos Deputados e Senado Federal e têm como objetivo estimular, defender, auxiliar na organização, criar e fomentar políticas públicas voltadas para o fortalecimento da indústria naval brasileira, constituída de acordo com o Ato de Mesa da Câmara dos Deputados nº 69/2005.

São finalidades da FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA:

- a) realizar a defesa do conteúdo local e da soberania nacional, no que diz respeito a discussão, implantação e execução de políticas públicas para a indústria naval brasileira;



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

- b) acompanhar e âmbito nacional a política oficial brasileira de apoio a indústria naval, manifestando-se quanto aos aspectos que julgar importante quanto a sua aplicabilidade;
- c) atuar de forma continuada buscando a atualização e desenvolvimento da legislação referente às políticas nacionais da indústria naval brasileira;
- d) apoiar e assessorar subsidiando de informações os parlamentares que integram a Frente;
- e) discutir, opinar e defender os aportes de recursos financeiros necessários para a garantia do desenvolvimento da indústria naval brasileira;
- f) promover o intercâmbio com entidades públicas ou privadas, governamentais e parlamentares de outros países, visando o aperfeiçoamento das políticas voltadas para o desenvolvimento da indústria naval;
- g) propor, acompanhar e revisar legislação no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que visem a implementação e o aprimoramento de políticas públicas que contribuam para expansão e a consolidação da indústria naval brasileira e a sua maior competitividade frente ao mercado mundial;
- h) apoiar e auxiliar na integração interinstitucional e na articulação entre os entes federados no que tange às políticas voltadas para a indústria naval brasileira;
- i) fomentar e apoiar a criação de frentes parlamentares em defesa da indústria naval nos estados da federação, visando ampliar o debate e ao mesmo trazer para a pauta as questões regionalizadas;
- j) colaborar com órgãos, associações, entidades dos trabalhadores e empresariais, visando o aprimoramento da cadeia produtiva do setor naval brasileiro, promovendo a cooperação do Congresso Nacional com o setor;
- k) zelar, fiscalizar a correta implementação das normas e políticas voltadas para a indústria naval brasileira;

APRESENTAÇÃO

Este plano de ação tem como objetivo estabelecer as diretrizes para a execução das atividades da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Naval Brasileira, entidade



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

com atuação do Congresso Nacional Brasileiro, com caráter suprapartidário, sem fins lucrativos, visando estimular, defender, auxiliar na organização, na criação e fomento de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da indústria naval brasileira.

A gestão administrativa é realizada pela estrutura dos gabinetes que compõe a Frente Parlamentar, contando com apoio técnico das entidades que integram a Frente da modalidade de Membros Colaboradores. O presente plano de trabalho tem um período previsto de execução a partir da segunda quinzena do mês de agosto até o dia 20 de dezembro de 2023.

Para o bom funcionamento e execução do presente plano de trabalho é imprescindível a integração dos parlamentares que compõe a Frente, das entidades que integram a Frente na modalidade de Membros Colaboradores, bem como, de todos os stakeholders que compõe toda a cadeia produtiva da indústria naval Brasileira.

INTRODUÇÃO

A Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira, situada na Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes – Brasília-DF, foi criada com o intuito de trabalhar as demandas da Indústria Naval Brasileira, em especial, quanto ao aprimoramento da legislação vigente, criação de novas legislações e a manutenção do diálogo permanente com os stakeholders e o Governo Federal.

Para tanto, conta com um colegiado de congressistas que acreditam no fortalecimento da indústria brasileira, em especial a indústria naval, servindo como indutora da produção de conteúdo local e, por consequência, a geração de emprego, renda e desenvolvimento tecnológico e econômico para o Brasil.

A Frente também conta com um colegiado de entidades denominadas Membros Colaboradores que estão na vanguarda das necessidades da indústria naval quanto à atualização da legislação vigente, visando o aprimoramento da indústria naval brasileira.

Para tanto, será construída uma agenda a ser cumprida pela Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira que irá dialogar com o governo federal nas suas mais diversas instâncias, governos estaduais, municipais, além de realizar um estudo aprimorado do arcabouço legislativo atual, para poder assim, sugerir medidas que tornem a legislação que regula a indústria naval mais segura e atraente para investidores nacionais e internacionais.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

JUSTIFICATIVA

A indústria naval é um setor fundamental para o desenvolvimento soberano das nações e, por isso, recebe o apoio e proteção dos Estados nacionais, independentemente das alternâncias eleitorais. Principalmente porque está diretamente relacionada com a logística do comércio internacional, a exploração/transporte de petróleo e gás, o fortalecimento de outros setores industriais e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Nesse sentido, indústria naval brasileira demonstrou no passado recente a sua importância estratégica para o país, assim como a capacidade de gerar empregos, ampliar a renda das famílias e alavancar o desenvolvimento socioeconômico de regiões que ainda sofrem com profundas desigualdades sociais, mas que estão prontas para contribuir, novamente, com o desenvolvimento do país.

As encomendas da Petrobrás eram o principal estímulo para os investimentos privados. Segundo o Sindicato Nacional da Construção Naval e Offshore (SINAVAL), em documento publicado em 2022, a política de conteúdo local fez com que o setor avançasse 19,5%, produzindo 605 embarcações. Foram mais de R\$ 50 bilhões em projetos contratados, segundo o Ministério dos Transportes.

Em dezembro de 2000, conforme o SINAVAL, a indústria contava com 1.910 empregos diretos, atingindo o ápice de 82.472 empregos em dezembro de 2014. Em maio de 2022, contudo, foram registrados apenas 21.447 empregos diretos no setor. Além disso, registros apontam que mais de 400 mil empregos indiretos foram gerados ao longo dos anos de crescimento da indústria naval.

Assim sendo, urge a ampliação dos investimentos públicos e privados nesse importante e estratégico setor econômico, que possui o potencial de gerar centenas de milhares de novos empregos indiretos, principalmente em outras atividades industriais. Acreditamos firmemente que o fortalecimento da indústria naval brasileira deve estar no centro de uma política de (re)industrialização do país – fundamental para o reposicionamento da nação brasileira na nova ordem econômica mundial.

A presente Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval terá o papel de propor e apoiar iniciativas públicas e privadas que contribuam para o desenvolvimento e expansão



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

do referido setor, fortalecendo o conteúdo local, a produção de ciência e tecnologia e demais ações que recolorem o país nos trilhos das grandes nações.

Dessa forma, consideramos que as proposições das entidades do setor, sintetizadas no documento “**Carta de Brasília em Defesa da Indústria Naval Brasileira**”, de julho de 2023, contribuem decisivamente para os trabalhos desta Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval, a saber:

1. Retomar uma política para o setor naval nacional, aproveitando as vocações e as estruturas remanescentes.
2. Impulsionar imediatamente as atividades no setor, retomando obras paradas e internalizando, quando possível, a construção de módulos de encomendas já existentes, por parte da Petrobras, visando recolocar os estaleiros nacionais em atividade e gerar empregos e renda já no curto prazo.
3. Utilizar o poder de compra estatal e as exigências de conteúdo local, no limite das possibilidades, como alavancas da retomada e desenvolvimento da indústria naval nacional. Neste aspecto, Petrobras e Marinha de Guerra devem exercer um papel central, seja nas encomendas de novas embarcações, seja para a realização de desmontes. Adicionalmente, considerando o estágio avançado das discussões sobre geração de energia eólica offshore no país, assegurar também nesse segmento exigências de conteúdo local que possam gerar demanda na construção de equipamentos e embarcações.
4. Estimular o desenvolvimento da cadeia produtiva do setor naval brasileiro. Uma carteira ampla e de grande volume de encomendas por um longo período é um dos aspectos fundamentais para a realização de investimentos privados na indústria de navieças e nos estaleiros, em razão da escala de produção.
5. Assegurar os investimentos em P&D e a previsão contratual de transferência tecnológica como estratégia para o aumento da competitividade setorial e a internalização de elos mais sofisticados da cadeia produtiva do setor, bem como para o próprio desenvolvimento industrial e nacional.
6. Assegurar o respeito aos direitos e às condições de trabalho, neste processo de retomada com forte participação estatal. É preciso realizar um programa abrangente de formação e requalificação profissional; retomar a fiscalização do trabalho de forma a garantir saúde e segurança; condicionar os estímulos ao estabelecimento de amplo e



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

contínuo processo de negociação coletiva setorial. É necessário gerar empregos que primem pela qualidade.

7. Garantir a adoção das medidas necessárias à sustentabilidade ambiental nos programas de aquisição de novas embarcações, em toda a cadeia produtiva do setor naval, seja para a construção ou para o desmonte das embarcações.

8. Criar os instrumentos e mecanismos que assegurem transparência e controle social na execução dos projetos relacionados ao setor, envolvendo recursos públicos. Adicionalmente, criar uma mesa tripartite de discussão, formulação e acompanhamento das políticas públicas voltadas ao setor.

9. Reconstruir um arcabouço institucional e financeiro que viabilize fontes de financiamento estáveis, capazes de atender às necessidades associadas às características dos investimentos. Esse arcabouço deve adiantar recursos em condições e prazos adequados e combinar fundos públicos, bancos de desenvolvimento, dentre outros instrumentos e garantias.

10. No curto prazo, revogar a Lei 14.301/22, conhecida como “BR do Mar”. Criar um novo marco legal, assegurando que a navegação de cabotagem seja feita com embarcações construídas no Brasil por empresas de bandeira nacional e com tripulação de brasileiros. Ademais, estimular a atuação de empresas brasileiras na navegação de longo curso.

11. Conceder incentivos fiscais ao setor naval brasileiro, sempre vinculados ao controle social e à avaliação dos impactos sobre emprego, renda e produtividade.

12. Proceder à implantação efetiva das hidrovias por meio dos investimentos necessários em infraestrutura, construção de eclusas, dragagem, derrocamentos e sinalização, para melhorar o equilíbrio de nossa matriz de transportes e aproveitar o imenso potencial hidroviário brasileiro.

13. Assegurar a perenidade da indústria naval brasileira fundamentalmente por meio da adoção de políticas de Estado voltadas ao setor, como parte de uma política maior de estímulo ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico do país. Foi assim que fizeram (e fazem) os países que têm uma forte indústria naval, como a China, os EUA, a Coreia do Sul, o Japão e a Noruega. Para tanto, é preciso adotar medidas de curto, mas também de médio e longo prazos.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

OBJETIVOS GERAIS

- Realizar a articulação política interinstitucional com órgãos do Governo Federal, dos governos estaduais, municipais, empresariais e representação dos trabalhadores que dialogam de forma direta com a pauta da indústria naval Brasileira. Na mesma linha de atuação, articular junto a instituições que tenham a capacidade de financiar a indústria naval brasileira, com instituições representativas dos trabalhadores, das empresas que atuam na indústria naval além dos parlamentares que compõem o Congresso Nacional.
- Trabalhar no intuito de aprimorar a legislação voltada para indústria naval, estudando de forma minuciosa a legislação atual e, a partir daí, construindo sugestões de normas e projetos de lei que fortaleçam e garantam a viabilidade da indústria naval brasileira, tornando-a uma política não apenas de governo e sim de Estado.
- Construir agendas e audiências de visitação aos estaleiros brasileiros para conhecer a realidade atual da nossa capacidade instalada, bem como, avançar nas audiências com instituições que detém o protagonismo de diversas áreas importantes para o desenvolvimento da indústria naval como a legislação, financiamento, emprego, renda, ambiental, investimento, cadeia de suprimentos, logística, qualificação e os mais variados segmentos da economia do mar.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

METAS

QUADRO DE METAS	
META 1	AGENDAS MINISTERIAIS <ul style="list-style-type: none">- MDIC- Portos e Aeroportos- Planejamento
META 2	AGENDAS COM ÓRGÃO DE CONTROLE <ul style="list-style-type: none">- CGU- TCU
META 3	VISITA TÉCNICA A ESTALEIROS <ul style="list-style-type: none">- Rio Grande do Sul: ECOVIX e EBR;- Rio de Janeiro: Mauá e Renave;- Santa Catarina: Detroit e Thyssenkrupp
META 4	CRIAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO <ul style="list-style-type: none">- GT Executivo- GT Técnico Legislativo- GT de Eventos- GT de Comunicação
META 5	GERAÇÃO DE RELATÓRIO 2023
META 6	ENTREGA DE RELATÓRIO A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

Realizar reunião semanal em ambiente virtual para verificar o andamento e o atingimento das metas. A cada reunião de aferição do cumprimento das metas serão realizados os ajustes necessários para o desenvolvimento do Plano de Trabalho.

EQUIPE ORGANIZACIONAL

GRUPO DE TRABALHO PARA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	
Atribuição	Organizar e realizar as visitas aos estados. verificando locais de visitas, local para seminário, equipamentos, estruturas, convites etc;
Membros	Gabinetes Parlamentares
	FUP
	CNM
	SINAVAL
	CONTTMAF
	Transpetro



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

GRUPO DE TRABALHO PARA A ANÁLISE LEGISLATIVA	
Atribuição	Observar, analisar a legislação vigente quanto a leis, decretos e normas. Analisar os projetos em tramitação, sugestões recebidas pela frente e indicar os aprimoramentos das normas, bem como, subsidiar a Frente de informações quando necessário;
Membros	Gabinetes Parlamentares
	FUP
	CNM
	SINAVAL
	CONTTMAF
	Transpetro

GRUPO DE TRABALHO EXECUTIVO	
Atribuição	Acompanhar o andamento das atividades, auxiliando na orientação da Frente, quanto às ações desenvolvidas a partir do plano de trabalho ;
Membros	Deputados Federais
	FUP
	CNM
	SINAVAL
	CONTTMAF
	Transpetro



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento das atividades da Frente serão utilizadas ferramentas globalmente difundidas e utilizadas por diversas organizações, visando analisar o cenário interno e externo (matriz swot), organização estruturada das atividades (5w2h), acompanhamento e checagem dos processos e metas (PDCA), observância da urgência x importância (matriz de Eisenhower), análise de causa e efeito (Ishikawa) e conceito de metas smart, propiciando uma melhor desempenho no desenvolvimento e execução das metas.

UNIVERSO DE STAKEHOLDERS

Deputados federais, senadores, deputados estaduais, ministérios, empresas públicas, instituições financeiras, assembleias legislativas, câmaras municipais, prefeituras, governos estaduais, empresas privadas, sindicatos, associações, federações, confederações, arranjos produtivos locais, clusters tecnológicos, universidades, institutos federais, sistema S, associações de municípios, CDL's, câmaras de comércio, frentes parlamentares federais, estaduais e municipais,

ÚLTIMOS 20 ANOS DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Após ocupar a 2ª posição mundial nos anos 70, atrás apenas do Japão, a indústria da construção naval brasileira entrou em período de declínio e estagnação nos anos 80 e 90. Em 2003, no primeiro governo do Presidente Lula, a construção naval e offshore passou por outro ciclo de crescimento, impulsionada por uma política pública que revigorou os mecanismos de financiamento, sobretudo o FMM (Fundo da Marinha Mercante), e implantou regras de conteúdo local e programas de construção de navios e plataformas de produção offshore em estaleiros locais. Mudanças no modelo de política para o setor de petróleo e gás também ocorreram. O Ministério de Minas e Energia estabeleceu diretriz de aumento do índice de nacionalização nas compras da Petrobras e de conteúdo local nos editais de licitação. Como resultado, em 2014, a construção naval havia retomado posição de destaque no panorama nacional, com encomendas da Petrobras para atendimento do aumento da produção offshore. O setor cresceu, em média, 19,5% ao ano entre 2000 e 2013, segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

PRÉ-SAL

A descoberta do pré-sal no Brasil, na Bacia de Santos, foi anunciada em 2006 pela Petrobras. Confirmava a existência de uma grande reserva petrolífera abaixo de uma espessa camada de sal, no litoral do Sudeste brasileiro. A descoberta, entre as mais importantes do mundo, é composta por acumulações de óleo leve, de excelente qualidade e alta produtividade por poço, características que despertaram o interesse das maiores empresas petroleiras internacionais. A Petrobras desenvolveu tecnologia própria e atua em parceria com fornecedores, universidades e centros de pesquisa. Contratou sondas de perfuração, plataformas de produção, navios de apoio às operações offshore e apoio a veículos submarinos de operação remota.

Em 2007, a indústria naval e offshore foi colocada nos objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como um dos setores de suma importância para o cumprimento dos objetivos estratégicos de geração de emprego e renda. O setor também foi incluído nos objetivos do Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2008, e do Plano Brasil Maior (PBM), em 2011, com metas relacionadas ao aumento do conteúdo local e de empregos diretos no setor.

Os estaleiros locais participam da construção de 19 plataformas de produção offshore, total ou parcialmente construídas no Brasil. A integração de módulos realizada localmente foi uma atividade ampliada a partir do incremento dos índices de conteúdo local e sua segregação por subatividades.





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA PÚBLICA

Este documento oferece sugestões e informações no intuito de contribuir com o desenvolvimento de um setor que pode oferecer geração de empregos, descentralização geográfica da produção e redução nas despesas de fretes e arrendamentos no Balanço de Pagamentos. O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, disse à imprensa, em março de 2023, que compreende esse novo momento e que a Petrobras terá participação na busca pela ampliação do conteúdo local, mas essa nova abordagem depende de um esforço coletivo na busca por políticas públicas. O termo "esforço coletivo" contém a principal questão. O País é resultado do seu esforço coletivo.

NA TABELA A SEGUIR PODEM SER OBSERVADOS OS PRINCIPAIS PROGRAMAS QUE FORAM IMPLEMENTADOS PARA MOBILIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO NAVAL BRASILEIRA:

Ano	Programa Ação	Objetivo	Metas
1958	FMM	Criar um fundo de natureza contábil para fomento da construção e reparo naval brasileiro.	Sem meta
1969	Plano de Emergência da Construção Naval	Desenvolver a construção naval.	Sem meta
1970	Plano Plurianual da Construção Naval	Modernizar a indústria naval e melhorar a competitividade.	Sem meta
1971	Programa Permanente de Construção Naval	Gerar ganhos de produtividade com tecnologia estrangeira (japonesa, holandesa, alemã e inglesa).	Sem meta
1997	Contratos de concessão da ANP e legislação do AFRMM	Quebrar o monopólio das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de Petróleo e Gás Natural. Ordenar o transporte aquaviário.	Sem meta
Final 1990	Plano Navega Brasil	Melhorar a navegação brasileira.	Sem meta
1999 2003 2008	PROREFAM I, II e III	Renovar a frota de embarcações de apoio marítimo, estimulando o desenvolvimento de estaleiros brasileiros.	198 navios
2003	PROMINP	Maximizar a participação da indústria nacional fornecedora de bens e serviços.	Sem meta
2005 2008	PROME F I e II	Modernizar e expandir a frota de movimentação de carga da TRANSPETRO.	49 navios
2007	Sistema de certificação de conteúdo local (CL)	Definir metodologia para a certificação do CL e as regras para o credenciamento de entidades certificadoras junto à ANP.	Sem meta
2007	PAC	Inserir a indústria naval e offshore no PAC.	Sem meta
2008	PDP	Inserir a indústria naval e offshore no PDP.	Sem meta
2010	EBN 1 e 2 (Empresas Brasileiras de Navegação)	Aumentar a demanda nos estaleiros brasileiros.	39 navios
2010	Construção de plataformas	Aumentar a demanda nos estaleiros brasileiros.	40 plataformas



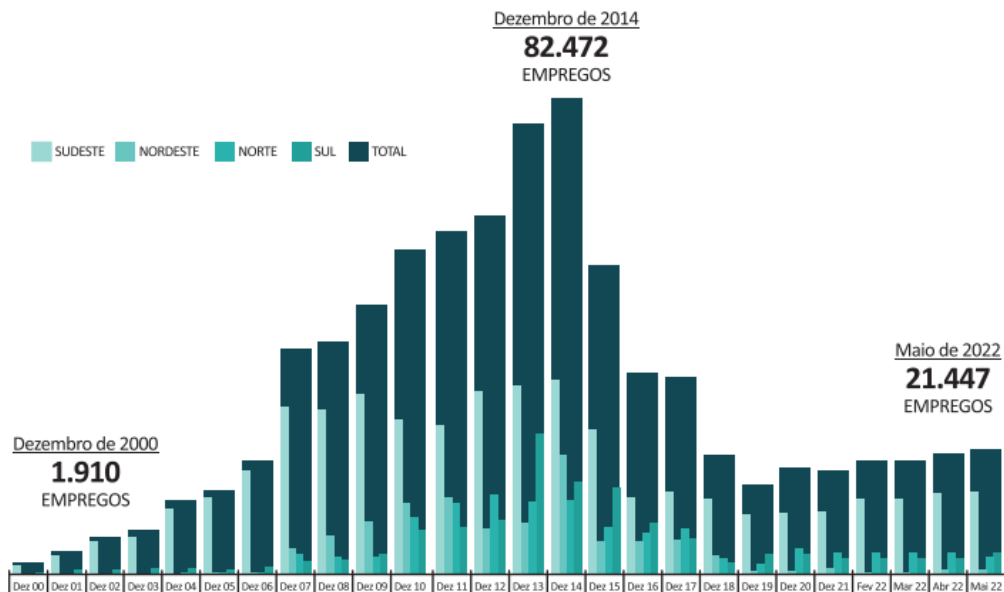
FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

EMPREGOS GERADOS

Merecem destaque os empregos diretos criados em consequência da política para desenvolvimento do setor, atingindo o pico de 82 mil empregos nos estaleiros brasileiros, em 2014. A geração de empregos é afetada pelas crises locais e internacionais. O desenvolvimento da construção naval brasileira, historicamente, não ocorre em um ambiente regulatório contínuo. A cada etapa de avanço há uma regressão que provoca perdas na capacidade construtiva, nos recursos humanos, na formação da rede de fornecedores, na geração de receitas e na valorização de ativos. O gráfico do emprego nos estaleiros brasileiros, abaixo, registra o impacto positivo das políticas públicas adotadas e as perdas de postos de trabalho com seu abandono



Perdas para a sociedade brasileira decorrentes da redução dos empregos na construção naval	
Empregos diretos perdidos	60.000
Empregos indiretos perdidos	180.000
Pessoas das famílias afetadas	240.000
Perdas (considerando o salário médio de R\$ 5.000 por trabalhador)	
Salários	R\$ 16 bilhões
Seguros-saúde	R\$ 3 bilhões
Vale-alimentação	R\$ 2 bilhões

Perdas nas contribuições governamentais (R\$ 12 bilhões)	
INSS	20%
FGTS	8%
SAT*/RAT*	4,50%
Incra	0,20%
Salário educação	2,50%
Adicionais salariais	0,20%
SESI	1,50%
SEBRAE	0,60%

*SAT – Seguro de Acidente de Trabalho é uma contribuição paga pelo empregador para custear benefícios concedidos pelo INSS aos funcionários por acidente de trabalho ou doença ocupacional.

*RAT – É a contribuição previdenciária que deve ser paga para cobrir os gastos da Previdência com os empregados acidentados ou portadores de doença ocupacional.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

INVESTIMENTOS EM ESTALEIROS NOVOS E EXISTENTES

A retomada dos investimentos do setor naval e offshore se refletiu no aumento da capacidade instalada, tanto por investimentos em novos estaleiros, quanto por expansões e modernizações de instalações existentes. O FMM concedeu, entre 2005 e 2012, prioridade para 38 projetos de construção, ampliação e modernização de estaleiros.

Investimentos realizados nos estaleiros de 2005 a 2012 (US\$ milhões):

Novos estaleiros	5.372
Ampliações	569
Modernizações	281
Total	6.222

(Fonte: BNDES)

Com isso, um parque industrial com alta capacidade construtiva e tecnológica foi criado. É um investimento com financiamentos públicos que não deveria ser abandonado. Poucos países no mundo possuem um parque de construção naval e offshore já instalado como o Brasil. Os oito maiores estaleiros locais têm capacidade conjunta de processar 714 mil toneladas/ano de aço.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452



Estaleiro Atlântico Sul – Suape (PE)

ENTREGA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Existem diversos casos de sucesso na indústria brasileira:

FPSO P-74 – Atingiu conteúdo local de 65%. A entrega à Petrobras foi cerca de 80 dias antes do prazo contratual, gerando caixa de cerca de US\$ 850 milhões para a Petrobras, com a antecipação da produção de petróleo.

FPSO P-66 – Com boa parte construída aqui e integrada no Brasil, produziu o primeiro óleo em 17 de maio de 2017. A segunda, P-67, integrada na China, teve problemas construtivos, apesar de ser idêntica à P-66, e só foi produzir em 1 de fevereiro de 2019, bem depois da quarta da série, a P-69, integrada no Brasil, que iniciou a produção em 23 de outubro de 2018. Então, a P-69 é um claro exemplo de uma plataforma projetada para produzir 150 mil barris/dia, com atrasos de mais de ano e meio, demonstrando que a indústria sofre impactos inesperados, no Brasil ou na China.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

FPSO MV26 "Cidade de Itaguaí", da Modec, foi entregue pelo estaleiro com mais de 100 dias de antecipação em relação ao prazo contratual, iniciando a produção de óleo mais cedo que o previsto nas planilhas financeiras.

CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMAS OFFSHORE COM PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

Os estaleiros locais participam de 19 obras de construção de plataformas de produção do tipo FPSO e semissubmersíveis. A participação ocorreu com a construção total ou parcial no Brasil.

CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMAS PARA A CESSÃO ONEROSA

Obras de construção de FPSOs, incluindo topsides e conversão de cascos, para a Cessão Onerosa (campo de Búzios) P-74, 75, 76 e 77 e FPSOs "replicantes" (campos do pré-sal) P-66 a P-71.

RESUMO DAS OCORRÊNCIAS:

P-66 – Construção do casco no ERG; construção e integração de módulos na BrasFELS. P-67 – Construção total na China.

P-68 – Construção do casco no ERG; construção e integração de módulos na Jurong Aracruz. P-69 – Construção do casco na China; construção e integração de módulos na BrasFELS. P-70 – Construção total na China.

P-71 – Construção do casco na China; construção e integração de módulos na Jurong Aracruz. P-72 e P-73 – Cancelados.

P-74 – Conversão do casco no Inhaúma-Enseada; engenharia, suprimentos, construção e integração do topside no EBR.

P-75 – Construção na China, integração de módulos na QGI.

P-76 – Conversão do casco no Inhaúma-Enseada; construção e integração de módulos na Techint-Ferrostahl. P-77 – Construção na China; construção e integração de módulos na QGI



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

ATIVIDADES DA FRENTE NA CÂMARA FEDERAL

CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL
BRASILEIRA





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

EVENTO DENOMINADO “UM MAR DE OPORTUNIDADES: INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA E O CONTEÚDO LOCAL”

Na atividade foi debatido a defesa do conteúdo local para o avanço e desenvolvimento da indústria naval brasileira.



VISITA A AGU PARA DEBATER TEMAS RELACIONADOS AO MECANISMOS DE CONTROLE E O CONTEÚDO LOCAL





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

VISITA AO TCU PARA DEBATER TEMAS RELACIONADOS AO MECANISMOS DE
CONTROLE E O CONTEÚDO LOCAL





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

**VISITA AO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS COM O MINISTRO SÍLVIO
COSTA FILHO**



VISITAS TÉCNICAS AOS ESTALEIROS

As visitas técnicas possuem a finalidade de verificar a situação atual dos estaleiros brasileiros visando o diagnóstico quanto retomada

ESTALEIRO RIO GRANDE - ERG 1

CAPACIDADES DO ESTALEIRO RIO GRANDE



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452



INSTALAÇÕES DO ESTALEIRO RIO GRANDE - VISÃO MACRO





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

CAPACIDADE E INSTALAÇÕES DO ESTALEIRO - ÁREA TOTAL 610.000 M²

SHOTBLASTING E CORTE	LINHA DE PAINÉIS	OFICINA DE MONTAGEM
 <p>Shotblasting: 140 Chapas/dia Corte de Chapas: 6000 ton/mês Corte de Perfis: 1500 ton/mês</p>	 <p>Linha Principa: 7 Painéis/dia Linha Auxiliar: 2 painéis/dia</p>	 <p>ERG1 : Capacidade: 1000 ton/mês ERG2 : Capacidade: 5500 ton/mês</p>
PRÉ-EDIFICAÇÃO E DIQUE	TUBULAÇÃO	CABINES DE PINTURA
 <p>Dique Seco: 130m (largura) x 350m (comprimento) x 13,8m (profundidade) Pré Edificação: 40.600 m² sob portico de 2000 ton; Pórticos: 1 - 600 ton e 1 - 2000 ton</p>	 <p>2 oficinas: 5.200 m² de área total (Tubos de Ligas Especiais e Tubos de Aço Carbono) Capacidade: 200 ton/mês</p>	 <p>Pintura e Jato de Granalha: 2 Cabines; Pintura e Hidrojato: 8 Cabines</p>

ESTRUTURA

OFICINA DE PROCESSAMENTO DE CHAPAS

Oficina com 2.600 m²;

- 1 máquina de corte CNC plasma 90° com 2 cabeçotes;
- 1 máquina de oxicorte CNC com 4 cabeçotes (capacidade de corte x, y e v);
- 1 máquina de corte CNC plasma 90° para peças auxiliares;
- 1 máquina de oxicorte CNC para peças auxiliares.

• Capacidade de movimentação de carga:

2 pontes para elevação de chapas de 12 ton com eletroimã, com altura de 12m;



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452



SHOT BLASTING

Capacidade de jateamento e pintura de 60 chapas com dimensões de 3.000mm x 13.500mm, por dia;

- Armazenamento de 2.000 ton de chapas de aço;

- Capacidade de movimentação de carga:

3 Pórticos de alimentação de 16 ton de entrada e saída;

1 conjunto de esteira de alimentação;

Carro de transferência sobre trilhos para oficinas de processamento.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452



FABRICAÇÃO DE PAINÉIS

Área útil de 2.600m²

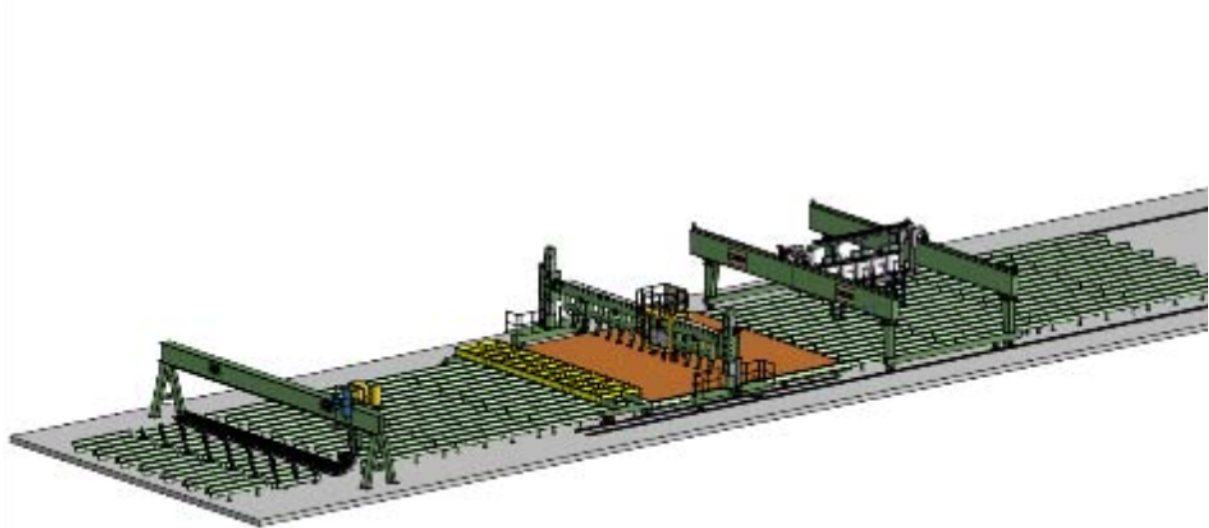
- Linha automatizada - OGDEN;
- Fabricação de dois painéis de até 13.500mm x 15.000mm por dia;
- 1 estação de montagem e solda unilateral;
- 1 estação de marcação;
- 1 estação de montagem de perfis;
- 1 estação de solda de perfis;
- Load-out (Cap. 80 ton);
- Capacidade de movimentação:
3 pontes rolantes de 16 ton; permitindo operação individual ou em tandem com altura de 12m.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452



FABRICAÇÃO DE TUBOS: Duas oficinas com 5.200 m² de área total e capacidade de fabricação de 200 ton por mês.

TUBOS DE LIGAS ESPECIAIS

Área útil de 2.600 m², com 450 m² especificamente para solda, equipado com sistema de exaustão especial;

- 12 cabines de soldagem, incluindo equipamento de solda orbital;
- Capacidade de movimentação de carga:

1 ponte rolante de 5 ton, com altura de elevação de 12m;

1 ponte rolante de 16 ton, com altura de 12m;

- Equipamentos principais:

1 máquina de corte plasma CNC 3D (HGG) para diâmetro até 800mm;

7 mesas posicionadoras com acessórios (DEMMELEER);

2 serras de fita para 250mm.

TUBOS DE AÇO DE CARBONO

Área útil de 2.600 m²;

- Capacidade de movimentação de carga:

2 pontes rolantes de 16 ton, com altura de elevação de 12m;

6 semipórticos de 2 ton, com altura de elevação de 6m;



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

• Equipamentos principais:

- 1 máquina de corte plasma CNC 3D (HGG) para diâmetro até 800mm;
- 1 máquina oxicorte CNC 3D (HGG) para diâmetro até 800mm;
- 4 mesas posicionadoras com acessórios (DEMMELEER);
- 1 Serra de fita para 250mm;
- 8 manipuladores PEMA APS 1500 com roletes e acessórios;
- 1 torre para soldagem PEMA C&B 1x1;
- 20 Bancadas para soldagem com aspiração de fumos (individual);
- Bombas e acessórios para teste hidrostático.

PINTURA

Dois galpões de 22 m x 18m x 19m, equipados com jateamento de granalha e pintura;

- Cabine montada em container de 40' com equipamentos de jateamento e pintura;
- Cabine com dimensões de 5m x 10m;
- Galpão de pintura de 8m x 12m com equipamento de pintura.

ELÉTRICA

Área útil de 1500 m² x 7 m (h), composta com escritórios, laboratório e almoxarifado de cabos, equipamentos e acessórios;

- Equipamentos:
- 2 sistemas de medição e corte de cabos elétricos;
- 3 impressoras de placas indicativas e identificação de cabos e sistemas.

ESTOCAGEM DE BLOCOS

50.000 m² suficiente para armazenagem de 30.000 ton em blocos;

- Equipamentos de movimentação e estocagem:
- 600 picadeiros tubulares;
- Dois transportadores hidráulicos com capacidade de movimentação de 400 ton (KAMAG);
- Dois transportadores hidráulicos com capacidade



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

de movimentação de 320 ton (NEW DAFANG)



PAGAMENTOS DE MATERIAIS E COMPONENTE

Capacidade de movimentação de carga:

- 9 tratores;
- 31 pranchas de reboque com capacidade de 35 ton x 13.000 mm;
- 04 pranchas para reboque com capacidade de 35 ton x 8.000mm.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452



PRÉ-EDIFICAÇÃO

O estaleiro possui uma área de pré-edificação de blocos de 40.600 m² sobre o pórtico de 2000 ton, com capacidade de carga no solo de 20 ton/m²;

- Principais equipamentos:
- 1000 conjuntos de picadeiros de concreto e madeira (sistema de cunhas).



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452



DIQUE SECO

Dimensões: 130m (largura) x 350m (comprimento) x 13,8m (profundidade), calado do canal de saída de 12m .

Equipamentos:

Pórtico de 600 ton (3x200 ton), com vão de 135m;
Pórtico de 2000 ton (1x 1000 ton + 2 x 750 ton), com
vão de 210m e spreader bar (1500 ton).

Essas dimensões permitem o estaleiro receber FPSOs, VLCCs, plataformas semissubmersíveis e outras embarcações de grande porte;

• Acessórios para movimentação de embarcações no dique:

8 guinchos de atracação de 50 ton com acessórios;
2000 conjuntos de picadeiros reguláveis;
8 sistemas hidráulicos de posicionamento de blocos com capacidade de 400 ton (movimento x, y e z) e Quatro plataformas elevatórias;



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

OFICINA DE MANUTENÇÃO

- 1 prensa viradeira (DAN PRESSE) de capacidade 10mm x 3000mm;
- 1 prensa (DAN PRESSE) com capacidade de 300t;
- 1 guilhotina (SORG 6000) de capacidade 13mm x 6000mm (aço carbono);
- 1 calandra (CLAEN) de capacidade 36mm x 3000mm;
- 2 grupos geradores de 500 KVA;
- 2 grupos geradores de 260 KVA;
- 1 grupo gerador de 15 KVA;
- 1 torno mecânico com 1500mm de barramento;
- 2 tornos mecânicos com 3000mm de barramento;
- 1 fresadora ferramenteira;
- 1 plaina mandriladora;
- 1 furadeira radial;
- 1 furadeira radial (CONE) Z3050 x 16/1;
- 1 serra de fita para diâmetro de 380 mm;
- 6 torres de iluminação com grupos geradores acoplados;
- 1 compressor de ar móvel(SULLER) com capacidade de 12,3 kg/cm² e 02
- 2 compressores de ar móveis (ATLAS COPCO) com capacidade de 16,5 kg/cm²;
- 1 guilhotina (DENER), modelo GHCN 60-7, para corte de chapas 10mm x 6.300mm;
- 1 dobradeira hidráulica (DENER), modelo DHC 400-60, capacidade: 6.050mm x 400 ton

SUBESTAÇÃO ELÉTRICA

Capacidade de carga instalada de 25 MVA de potência.





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

FERRAMENTAS

O estaleiro tem disponível ferramental completo para trabalho de 5000 colaboradores (por exemplo: 1000 máquinas de solda, 1000 talhas, 250 macacos, 200 esticadores hidráulicos, etc.)

ANDAIMES

Material suficiente para construção simultânea de 300.000 m³.

VESTIÁRIOS E REFEITÓRIOS

Vestiários e refeitórios suficientes para 2000 colaboradores

ESTALEIRO RIO GRANDE ERG 2

ESTRUTURA



Acesso Próprio



Refeitório p/
1200 pessoas



Vestiário p/
1500 pessoas



Área p/
Estocagem



Almoxarifado
Coberto

Equipamento p/
jateamento e
corte de perfis (80
perfis/dia)

Sistema de
jateamento
abrasivo e pintura
de chapas (80
chapas/dia)



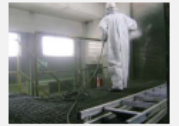
4 Mesas de corte
a plasma e 2
mesas de
oxicortes



20 Pontes
rolantes com
eletroímãs(5, 15,
30 e 150 T)



8 Cabines de
pintura e
hidrojato
(60.000m²/mês)



4 carretas
hidráulicas e 35
pranchas
tracionadas por
trator



Instalações
ERG2

3 linhas p/
fabricação e
montagem de
semi-acabados
(700 T/mês)



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

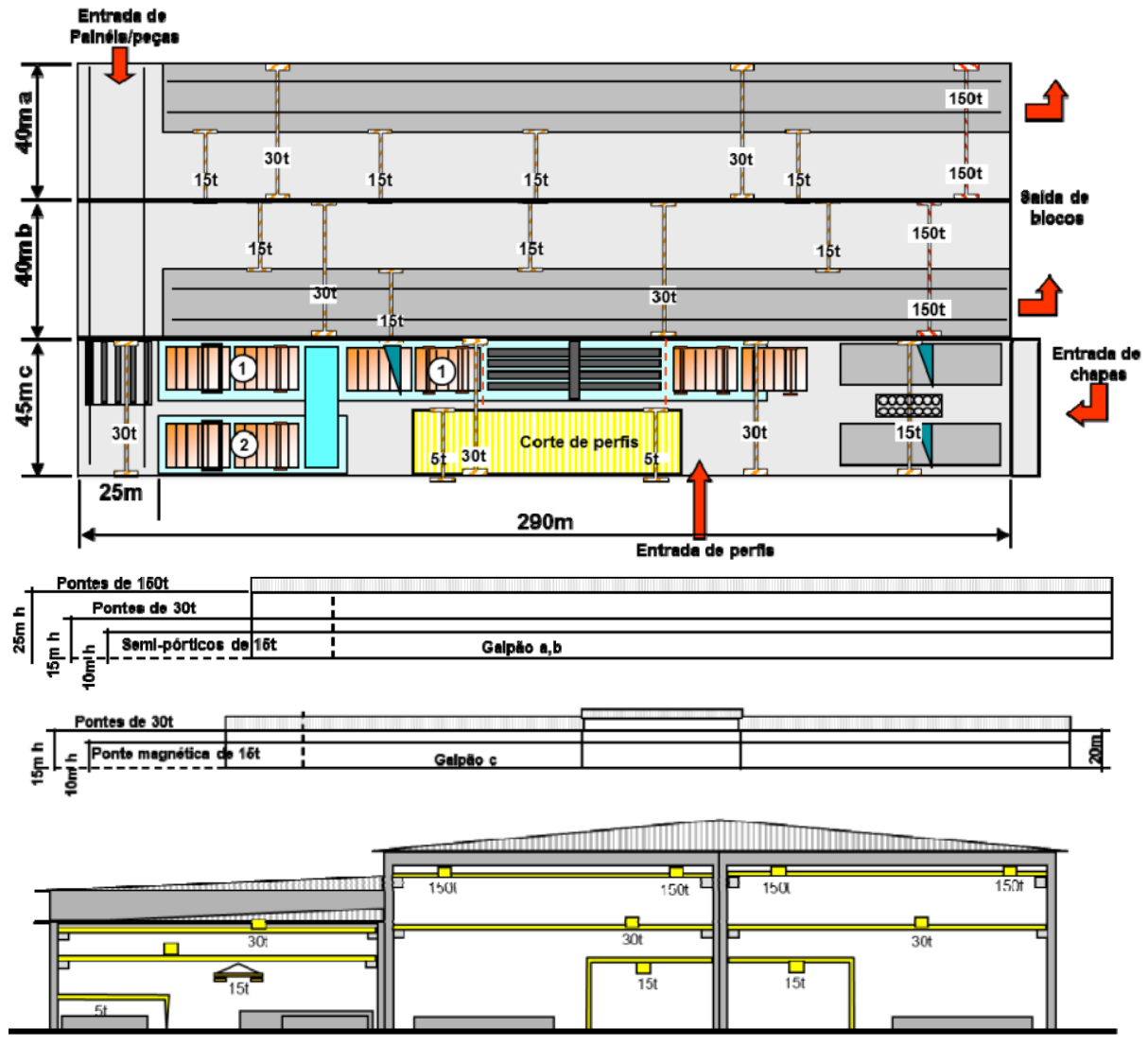
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

OFICINA DE BLOCOS PLANOS - Área total: 33.000 m²;

Galpão A – Linha de montagem de blocos planos – 40m x 275m x 25m – capacidade de fabricação - 3.000 ton/mês;

Galpão B – Linha de montagem de blocos planos – 40m x 275m x 25m – capacidade de fabricação - 3.000 ton/mês;

Galpão C – Linha de Painéis - área útil 42m x 287m x 20m – capacidade de fabricação de 7 painéis de 16m x 18,5m por dia.





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

OFICINA DE BLOCOS PLANOS - LINHA DE MONTAGEM DE BLOCOS - GALPÃO A/B

Equipamentos, cada galpão dispõe de :

- 1 micro panel line para montagem e solda de peças pequenas.
- Capacidade de movimentação de carga, cada galpão dispõe de:
 - 1 ponte rolante, 150 ton, com trolley duplo, possibilidade de virada de blocos (h = 25m);
 - 2 pontes rolantes, 30 ton, (h=15m);
 - 4 semipórticos, 15 ton, para auxílio na montagem.
 - 1 linha para montagem, com trolleys para movimentação de blocos e load-out de até 300 ton;
 - 4 service gantry crane, para auxílio na montagem e solda.

OFICINA DE BLOCOS PLANOS - LINHA DE PAINÉIS - GALPÃO C

Linha automatizada de fabricação de painéis (IMG), composta de:

- 2 máquinas oxicorte CNC com 4 cabeçotes (corte em x,y e v);
- 2 estações de montagem;
- 4 estações de soldagem;
- 1 sistema de virada de painéis com capacidade de 72 ton;
- 1 máquina de corte CNC (Messer) para marcação, retirada de tinta e corte, com 2 cabeçotes rotativos oxicorte, cada um com 3 bicos (x,y e v), um cabeçote plasma para corte 90°;
- 2 estações de montagem de perfis;
- 2 estações de solda de perfis;
- 1 vagoneta para transferência para as oficinas de montagem.
- Capacidade de movimentação de carga:
 - 2 pontes rolantes, 15 ton, com eletroímãs com giro, para movimentação de chapas, (h = 10m);
 - 2 pontes rolantes, 30 ton, (h=15m);
 - 2 semipórticos, 15 ton, para área ade corte manual de perfis.

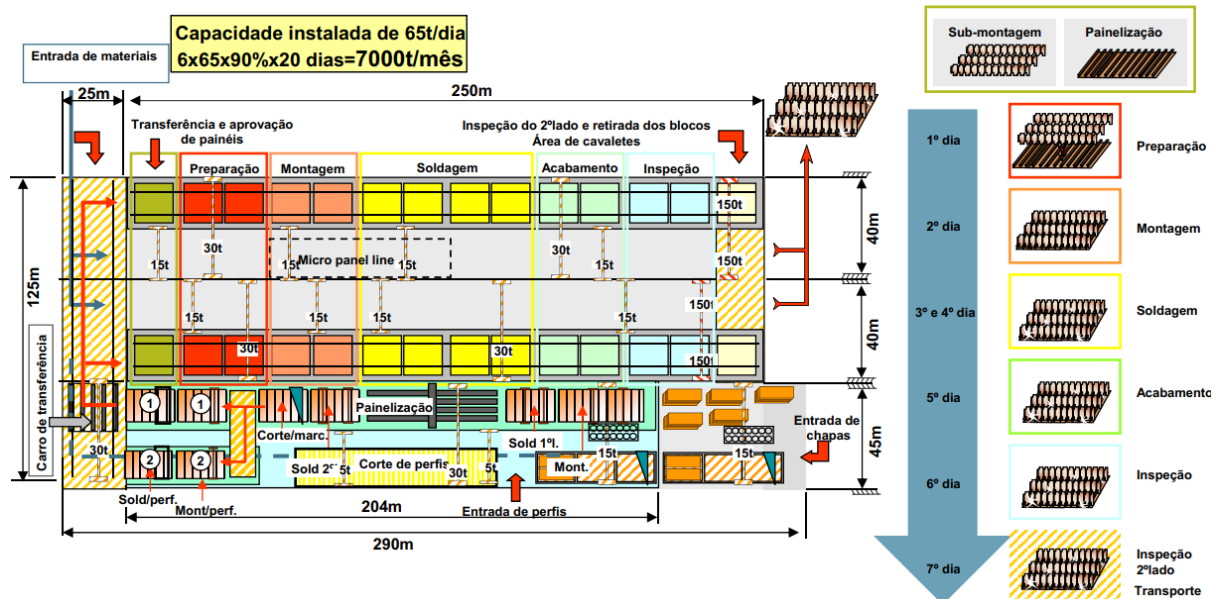


FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

OFICINA DE BLOCOS PLANOS - FLUXO



OFICINA DE BLOCOS CURVOS

Área total: 7.700 m²:

Oficina: 6.400 m²;

Apoio: 1300m².

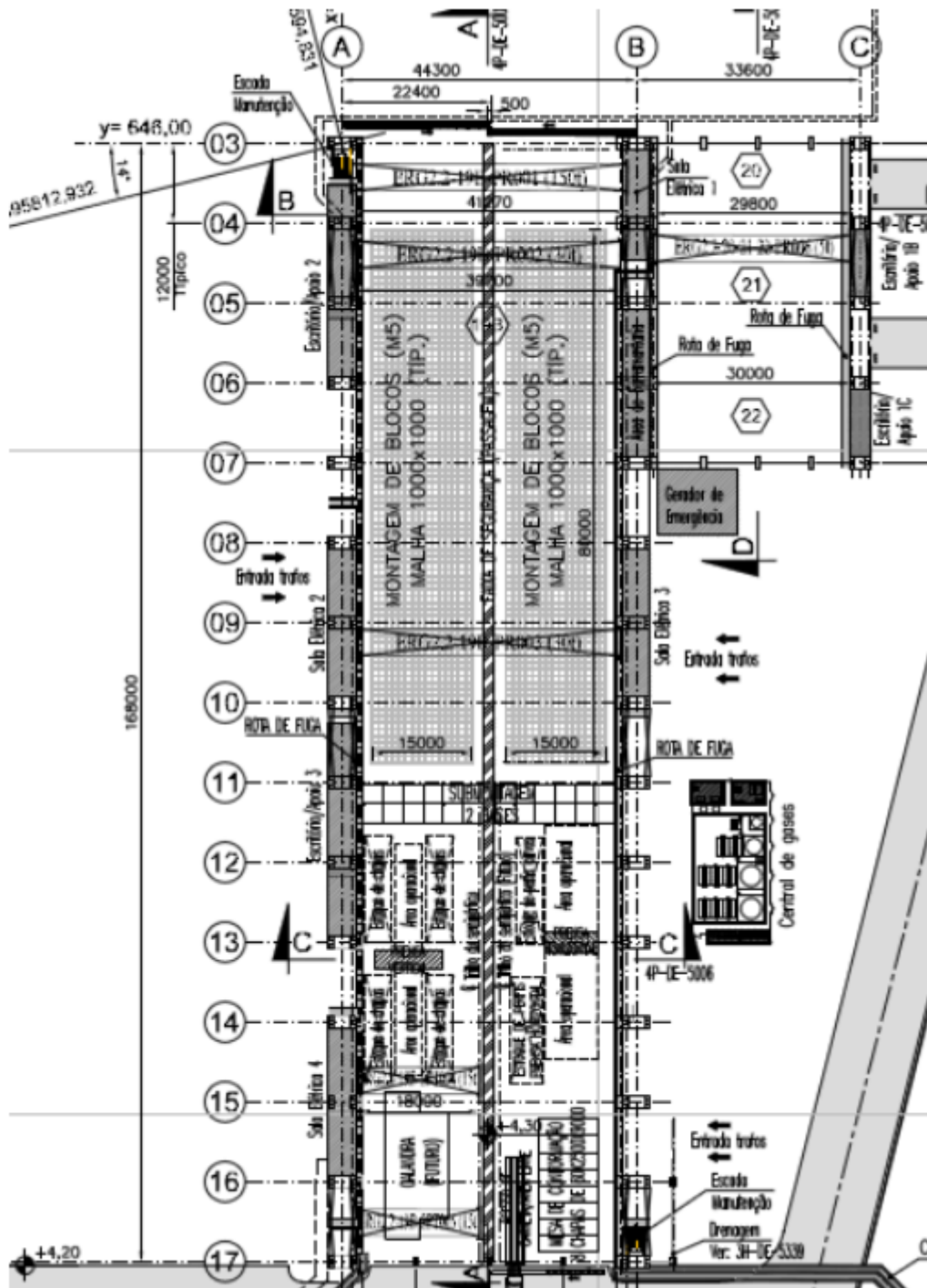
- Capacidade de fabricação de 1.000 ton, equivalente a 60 chapas/mês;
- 12 bases de pontaletes (gabaritos de ajuste de altura) de 15m x 15m;



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

Capacidade de movimentação de carga:

1 ponte rolante de 150 ton, com altura de elevação de 25m, com trolley duplo (possibilita a virada de blocos);

2 pontes rolantes de 30 ton, com elevação de 15m;

1 ponte rolante de 5 ton (área de apoio).

• Capacidade de conformação:

1 prensa vertical (NIELAND) de 500 ton, com vão de 7.000mm, trabalhando sincronizada com 2 semipórticos auxiliares de 15ton;

1 prensa horizontal (NIELAND) para conformação de perfis com capacidade de 500 ton;

1 calandra de 6.000 mm de vão, com espessura de conformação máxima de 36mm;

1 base de conformação a calor, medindo 22m x 11m.

OFICINA DE PROCESSAMENTO DE CHAPAS

Oficina de processamento de chapas com 3.300 m²

• Equipamentos principais:

2 máquinas de corte CNC plasma 90°;

1 máquina de corte CNC plasma cabeçote rotativo (corte de chanfros).

• Capacidade de movimentação de carga:

1 ponte de 15 ton para elevação de chapas com eletroímã;

3 semipórticos de 5 ton para retirada de peças cortadas.

OFICINA DE PROCESSAMENTO DE PERFIS

Linha de corte de perfis automatizada com capacidade de produção de 120 perfis/dia;

• Esteira para alimentação;

• Estação de jateamento para retirada de tinta da área de solda;

• Estação de marcação e corte robotizado (HGG);

• Sistema de paletização;

• Esteira de transferência para as oficinas de painelização e submontagem.

• Capacidade de movimentação de carga:

1 ponte rolante de 30 ton para carregamento de cassetes na esteira de transferência;

1 ponte rolante especialmente projetada para paletização de perfis com capacidade de 2 ton;

1 ponte rolante de 5 ton para carga e descarga de materiais.

CABINE DE PINTURA

7 galpões com 25m x 20m x 20m (h) equipados para hidrojato e pintura;



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

- 1 galpão com 25m x 40m x 20m (h) equipado para hidrojato e pintura.

SHOT BLASTING

Capacidade de jateamento e pintura de 80 chapas com dimensões de 4.000mm x 16.000mm, por dia, com pórticos de alimentação e esteira de entrada e saída para as oficinas.

PÁTIO DE AÇO

Capacidade de armazenamento de 20.000 ton de chapas de aço;

- Capacidade de movimentação de carga: 2 pórticos de 30 ton, equipados com eletroímãs, para descarga de carretas e alimentação da esteira do shot blasting;
- 1 conjunto de esteiras de alimentação da máquina de jateamento e pintura.

PÁTIO DE PERFIS

Capacidade de armazenamento de 4.000 ton de perfis;

- Capacidade de movimentação de carga:
2 pórticos de 5ton, equipados com eletroímãs, para descarga de carretas e alimentação da oficina de corte de perfis;
- 1 conjunto de esteira de alimentação da máquina corte de perfis (HGG).



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

REGISTROS DA VISITA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL AO ESTALEIRO RIO GRANDE





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

ESTALEIRO ERB - ESTALEIROS DO BRASIL





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452



Comprometimento com a segurança

Regras que salvam vidas – IOGP

Zero acidentes – 24/7



Início da operação do Estaleiro para atender a
demanda por plataformas

2015 (Licença de operação)



Total de módulos entregues

46 módulos de FPSOs entregues

8 em construção



Plataforma entregue para Petrobras

FPSO P-74 – 150k barris

Unidade pioneira do campo de Búzios



Força de trabalho no Estaleiro

3,500 colaboradores



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

Projetos entregues

PETROBRAS FPSO P-74
topside EPC



2018



FPSO Guanabara MV31
(Mero 1) modules.



EPC solution for
the FPSO's
under operation
in Buzios Field

2020





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

FPSO Almirante Barroso MV32
(Buzios 5) modules.



FPSO Alexandre de Gusmão
(Mero 4) modules - April/23 (SBM - 1st batch)
and Aug/23 (NOV)



FPSO Sepetiba (Mero 2)
skid for ODS.

FPSO Sepetiba (Mero 2)
modules for Cameron



FPSO Almirante Tamandaré
(Buzios 6) modules Jul/23 (NOV)

2021

2023

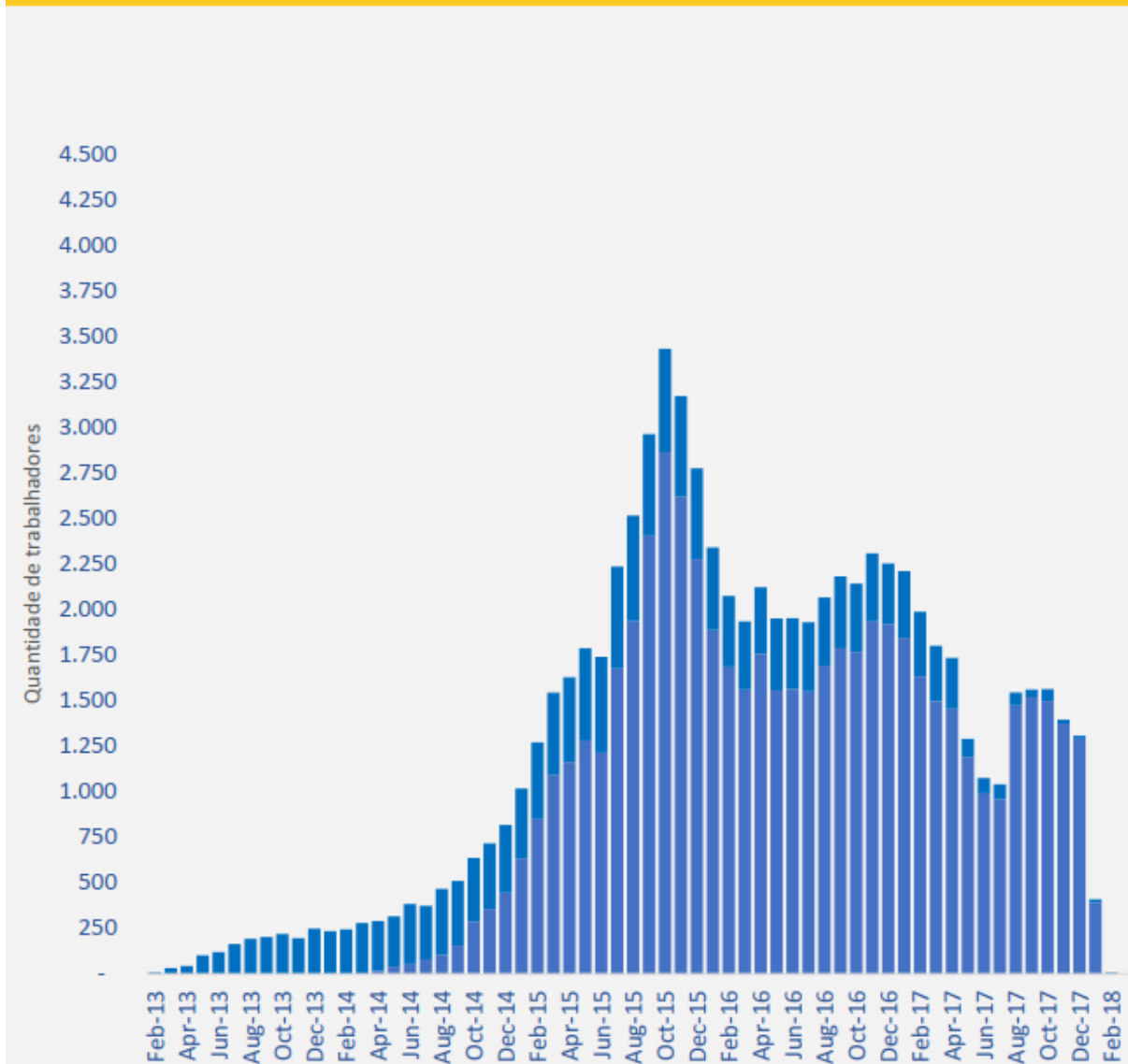


FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

Empregos diretos gerados

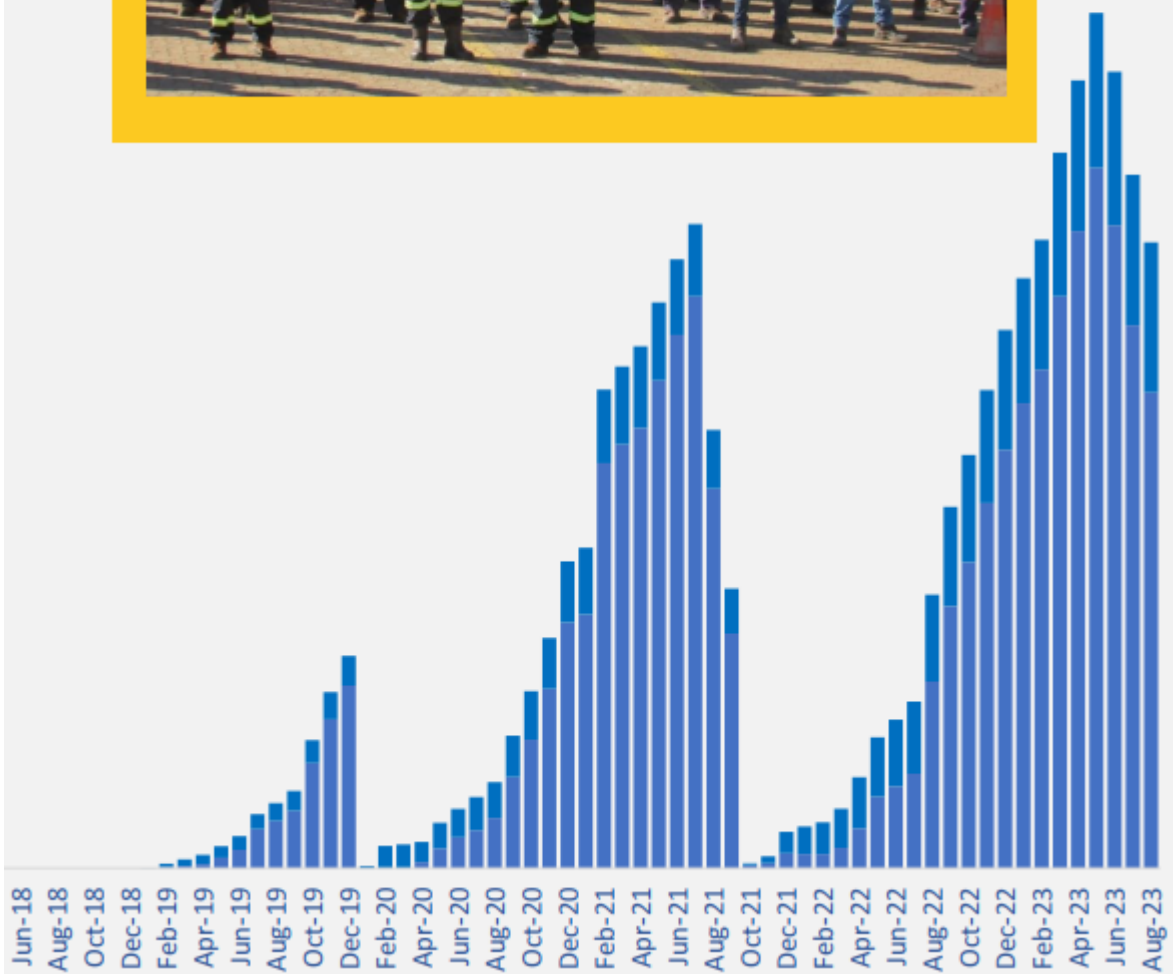




FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452



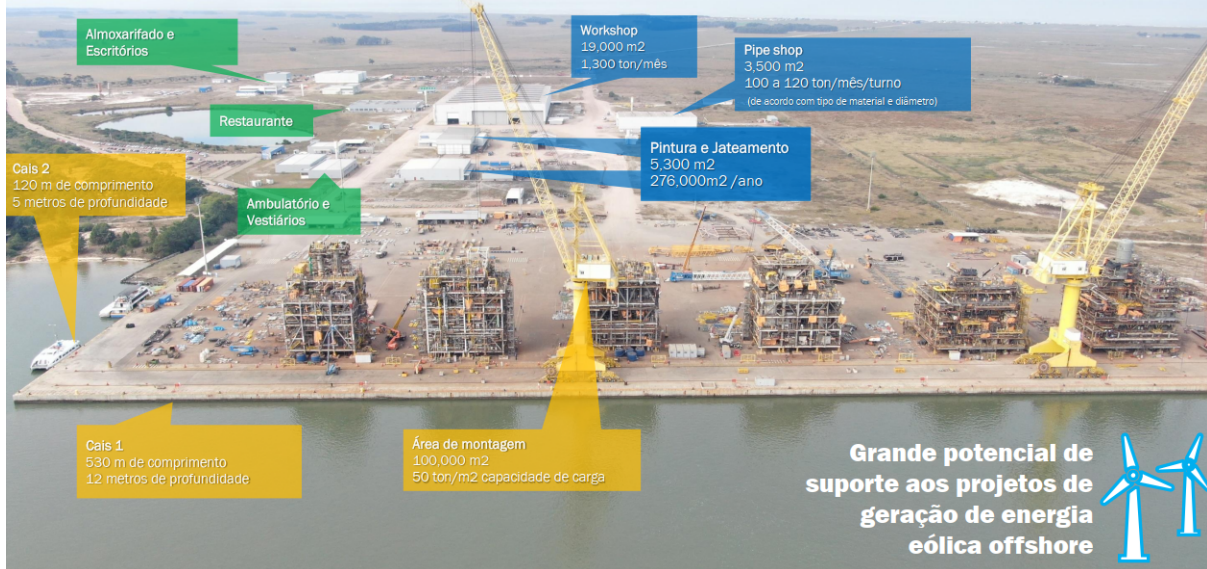


FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

Visão Geral do Estaleiro - Capacidades





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

FPSO P-74 (Búzios) - EPC

65% de
Conteúdo
Local



**1º óleo produzido 80 dias
antes do prazo.**

**Integração e comissionamento
realizados no Brasil.**



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

REGISTROS DA VISITA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL AO ESTALEIRO EBR





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

REGISTROS DA VISITA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL AO ESTALEIRO EBR





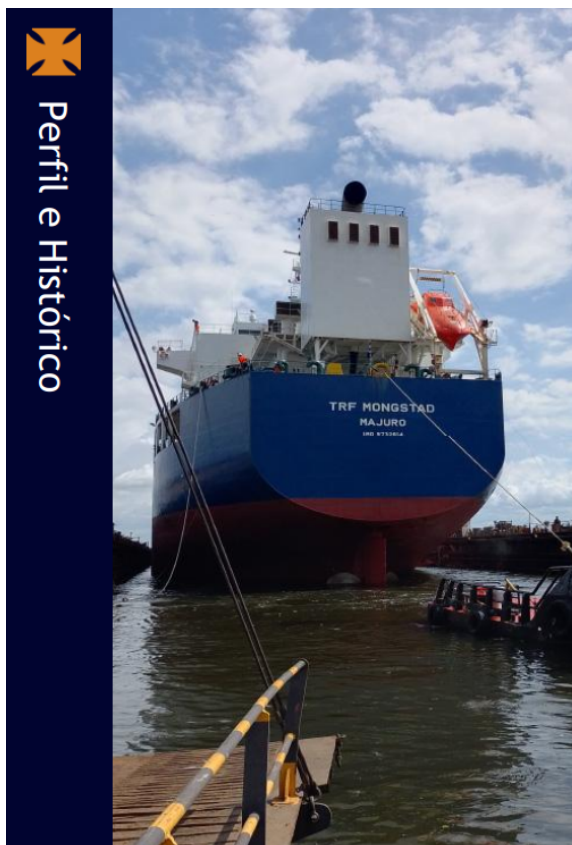
FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

ESTALEIRO RENAVE

Complexo Industrial fundado há mais de 100 anos por Henrique Lage.



- Desde 1993 sob administração do Grupo REICON, importante Conglomerado da Amazônia;
- Importante Complexo de apoio logístico para Oil & Gas e navegação no Rio de Janeiro, autorizado como Terminal de Uso Privado - TUP
- Maior Estaleiro de Reparos da América Latina
- 540.000 m² de área
- 1.500 m de cais para diversos tipos de operação



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452





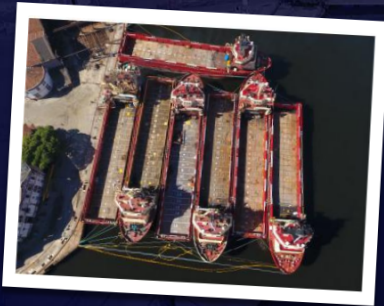
FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452



Lay up



Serviços Especializados





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452



Ponte Rolante, Máquina de Jateamento e Pórtico



Obras





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452



67,73 X 38,10 cm



Objetivos de **Curto** e **Médio** Prazo



Dique Suezmax



Tancagem de óleo



Atendimento a navios fundeados



Dragagem no entorno das ilhas para profundidade de até 10 metros



Novas bases de apoio para o mercado de Pré-sal

Oportunidades para **Novas Parcerias**



Descomissionamento



Energia renovável



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

REGISTROS DA VISITA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL AO ESTALEIRO RENAVE





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

ESTALEIRO MAUÁ

CAPACIDADE INSTALADA - CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS

CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS



Possibilidade/Disponibilidade de construção simultânea de 8 módulos



SITE PONTA D'AREIA 180.000m²



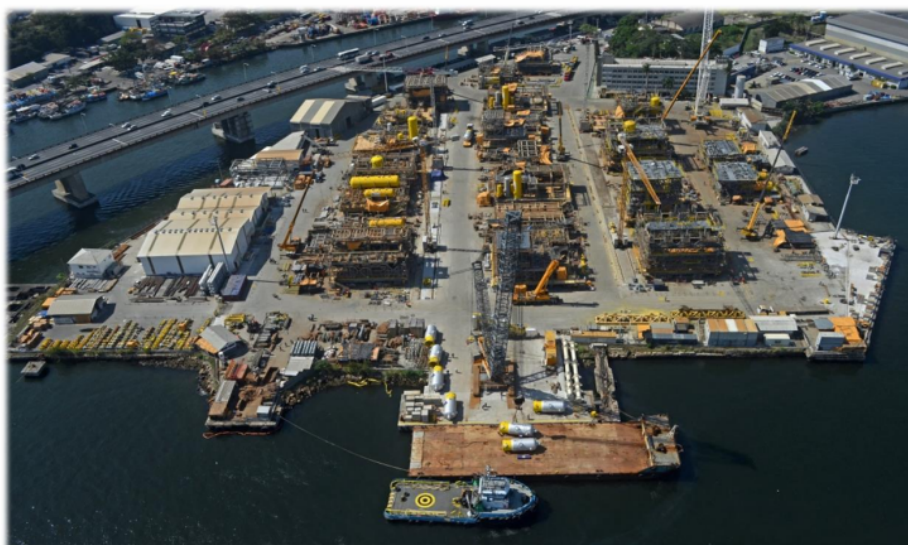
FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS



Possibilidade/Disponibilidade de construção simultânea de 10 módulos



SITE ILHA DO CAJU 65.000m²



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

CAPACIDADE INSTALADA - INTEGRAÇÃO DE FPSO'S

INTEGRAÇÃO DE FPSO'S



FPSO's P-43 e P-50 atracados simultaneamente no cais 1 e 2
do Estaleiro Mauá



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

INTEGRAÇÃO DE FPSO'S



FPSO P-54 durante Integração no cais 1 do Estaleiro Mauá



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

CAPACIDADE INSTALAÇÃO - CONSTRUÇÃO DE JAQUETAS

CONSTRUÇÃO DE JAQUETAS



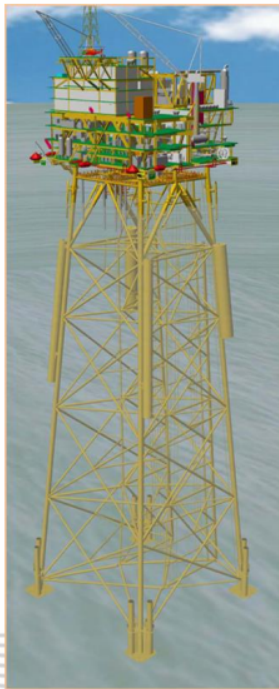


FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

CAPACIDADE INSTALAÇÃO - CONSTRUÇÃO DE JAQUETAS

CONSTRUÇÃO DE JAQUETAS





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

CAPACIDADE INSTALADA - CONSTRUÇÃO NAVAL

CONSTRUÇÃO NAVAL – ESTALEIRO MAUÁ





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

CONSTRUÇÃO NAVAL – ESTALEIRO EISA



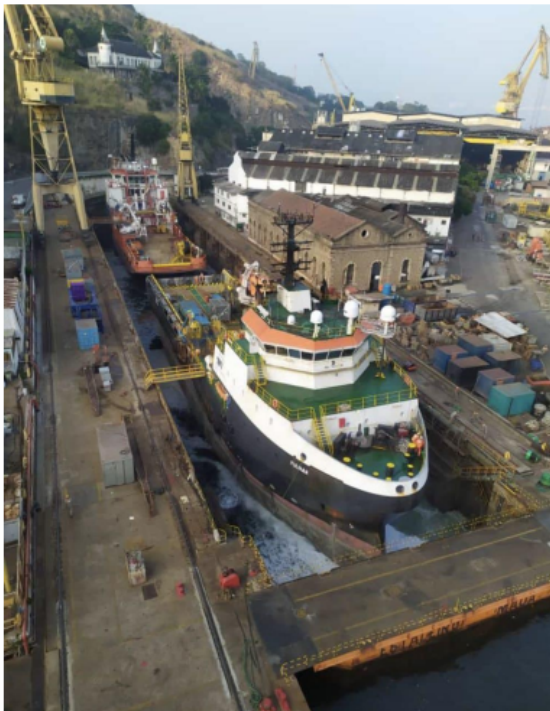


FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

CAPACIDADE INSTALADA - REPARO NAVAL

REPARO NAVAL – ESTALEIRO MAUÁ





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

CAPACIDADE INSTALADA - DESCOMISSIONAMENTO

REMOÇÃO DOS MÓDULOS

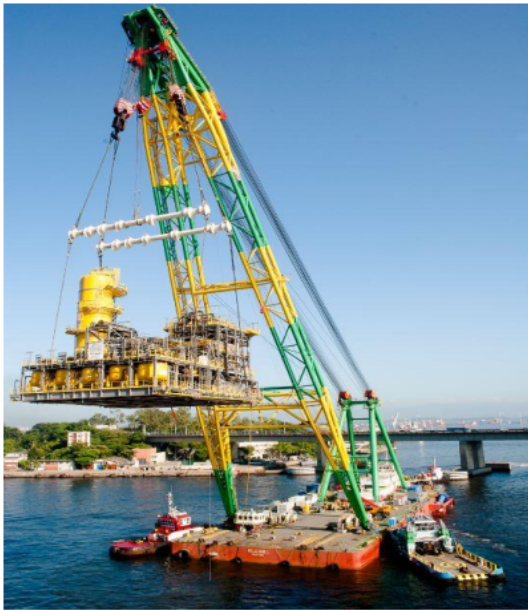




FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

TRANSPORTE DOS MÓDULOS PARA O EISA

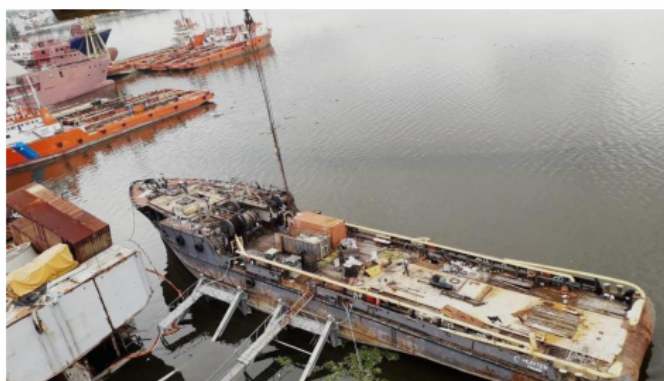




FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

DESMANTELAMENTO DO CONVÉS



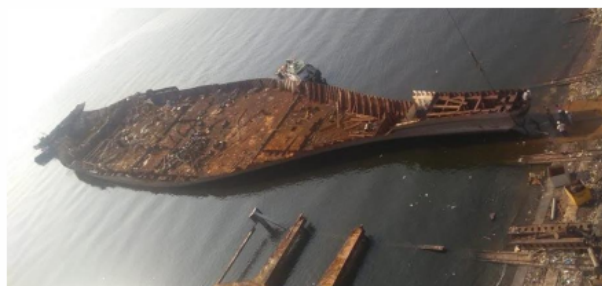
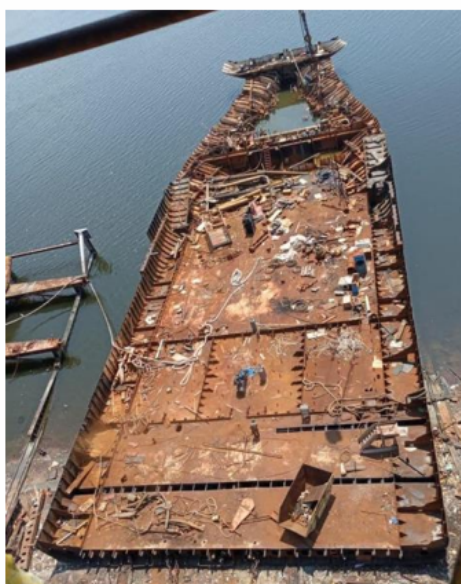


FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

DESMANTELAMENTO DA CANOA





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

Empregos na indústria Naval



Empregos em nossos Sites em 2011:

Mauá: 9.000

Eisa: 3.500

Ilha do Caju: 2.500

Total: 15.000



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

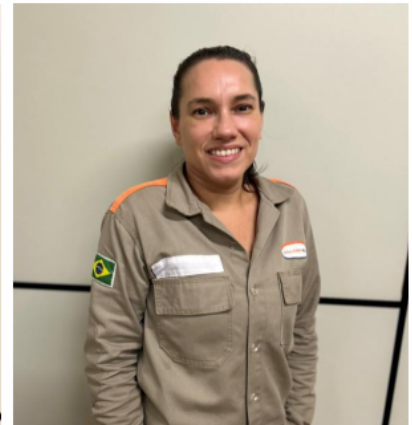
Orgulho de ser Mauá



Tio Mané – 84 anos



**Daniel – Estagiário
de Engenharia**



**Débora – Advogada e
Estagiária de Engenharia**



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

REGISTROS DA VISITA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL AO ESTALEIRO MAUÁ





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

ESTALEIRO DETROIT



DETROIT BRASIL



NO BRASIL O GRUPO DETROIT CONCENTRA SUA ATUAÇÃO EM TRÊS RAMOS DE ATIVIDADES, CONSTRUÇÃO NAVAL E MOTORES ATRAVÉS DO DETROIT BRASIL E NAVEGAÇÃO, ONDE A **STARNAV** SERVIÇOS MARÍTIMOS SE DESTACA COMO UM DOS PRINCIPAIS OPERADORES DO MERCADO DE APOIO OFFSHORE.



DETROIT

detroitbrasil.com.br



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

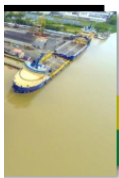
Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452



O ESTALEIRO DETROIT BRASIL LTDA.

LOCALIZADO EM UM DOS PRINCIPAIS POLOS DA INDÚSTRIA NAVAL DO PAÍS O DETROIT BRASIL ESTÁ LOCALIZADO EM UM ÁREA DE 120.000M² ÀS MARGENS DO RIO ITAJAÍ-AÇU NA CIDADE DE ITAJAÍ-SC, COM FÁCIL ACESSO AOS PRINCIPAIS CANAIS LOGÍSTICOS DA REGIÃO, O ESTALEIRO SE DESTACA PELO COMPROMISSO COM O CLIENTE E PELA QUALIDADE DOS SERVIÇOS EMPREGADOS NAS MAIS DE 120 EMBARCAÇÕES PROPULSADAS ENTREGUES DURANTE SEUS 21 ANOS DE OPERAÇÃO



detroitbrasil.com.br

COM AMPLA ÁREA E FACILIDADES PARA CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE ATÉ 120 METROS DE COMPRIMENTO O DETROIT SE CLASSIFICA COMO UM ESTALEIRO DE MÉDIO PORTE, TENDO COMO PRINCIPAL FOCO DE OPERAÇÃO AS EMBARCAÇÕES DESTINADAS AOS MERCADOS DE APOIO PORTUÁRIO, APOIO OFFSHORE E AQUICULTURA.

FACILIDADES INDUSTRIAIS

- ÁREA TOTAL: 120.000M²
- ÁREA COBERTA: 12.500M²
- IÇAMENTO: 2X250T / 1X450T
- PÓRTICOS: 3X16T
- SHIPLOAD: 150T
- SYNCROLIFT: 110MX23M 5.500T

- 2 LINHAS DE LANÇ. C/ AIRBAG
- 2 MÁQ. CORTE CNC
- HIDROJATO 40.000 PSI
- CALANDRA 32MM
- 12 PONTES ROLANTES
- 2 DOBRADEIRAS DE TUBOS ATÉ 8"





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

COM UM PÁTIO INDUSTRIAL AJUSTADO AS DEMANDAS DO MERCADO E UMA POLÍTICA DE QUALIDADE VOLTADA A MELHORIA CONTÍNUA DO SEUS PROCESSOS, O ESTALEIRO ALCANÇA NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE INTERNACIONAIS.



CAPACIDADE PRODUTIVA

AÇO:	12.000T
SPOOLS:	11.500PÇ
OUTIFITTING:	760.000T
CABOS:	600.000M
PINTURA:	540.000M ²

O PORTIFÓLIO DETROIT BRASIL LTDA.

DENTRO DOS ESTALEIROS NACIONAIS O DETROIT BRASIL SE DESTACA TAMBÉM POR SER UM DOS POUCOS CAPAZES DE DESENVOLVER SEUS PRÓPRIOS PROJETOS, TENDO INCLUSIVE DESENVOLVIDO EMBARCAÇÕES PARA O MERCADO EXTERNO RECENTEMENTE.



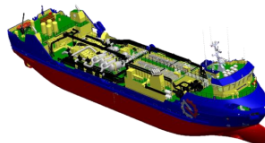
- REBOCADOR PORTUÁRIO
- DB-2470
- LANÇADO EM 2023
- EM CONSTRUÇÃO (05 UNID)
- BRASIL



- PONTOON
- 600-T
- LANÇADO EM 2022
- EM CONSTRUÇÃO (01 UNID)
- CHILE



- WELLBOAT
- WB-3000
- LANÇADO EM 2021
- CHILE/NORUEGA



- WELLBOAT
- WB-2000
- LANÇADO EM 2019
- EM OPERAÇÃO (04 UNID)
- CHILE



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

ATENTO AS ÚLTIMAS DEMANDAS DO MERCADOS O ESTALEIRO TAMBÉM LANÇOU EM 2022, A LINHA DE EMBARCAÇÕES COM BAIXA EMISSÃO DE CARBONO, O DETROIT GREEN LINE DESENVOLVIDO SOBRE A PLATAFORMA DB-3200 QUE POSSUI MAIS DE 40 UNIDADES EM OPERAÇÃO, OFERECE AOS CLIENTES 3 DIFERENTES OPÇÕES E TEVE SUA PRIMEIRA UNIDADE ENTREGUE EM ABRIL DE 2023.



EM 21 ANOS DE OPERAÇÃO **121** EMBARCAÇÕES DE DIVERSOS TIPOS FORAM ENTREGUES PARA ARMADORES DE DENTRO E FORA DO PAÍS

- 97 REBOCADORES/LHs
- 17 PSVs
- 04 WELLBOATS
- 01 FERRY
- 01 CATAMARÃ
- 01 DRAGA



EMBARCAÇÕES ENTREGUES COM AS DIGITAIS DA
CONSTRUÇÃO NAVAL BRASILEIRA





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

O MERCADO

DETROIT BRASIL LTDA.

O ESTALEIRO ESTÁ CONFIANTE E OTIMISTA COM AS POSSIBILIDADES DE CONTRATO PARA O MÉDIO E LONGO PRAZO TANTO NO MERCADO EXTERNO QUANTO INTERNO, ENTRE OS PRINCIPAIS FATORES DE DEMANDA ESTÃO:

- A RENOVAÇÃO DE FROTAS E TÉCNOLOGIAS;
- A ENTRADA EM OPERAÇÃO DE NOVAS PLATAFORMAS DE PETRÓLEO;
- A PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA OFFSHORE.
- O POTENCIAL DESENVOLVIMENTO DAS HIDROVIAS;
- O DESENVOLVIMENTO DA CABOTAGEM;
- A AMPLIAÇÃO DAS ROTAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAIS;



VISTO COMO UM TEMA ESTRATÉGICO PARA MAIORIA DOS PAÍSES, ONDE A CONSTRUÇÃO NAVAL SE DESENVOLVEU, NOSSOS CONCORRENTES ESTÃO PRINCIPALMENTE LOCALIZADOS EM PAÍSES ONDE OS ESTALEIROS RECEBEM GRANDE INCENTIVO E SUBSÍDIOS PARA DESENVOLVEREM SUAS ATIVIDADES

- LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAIS
- INCENTIVO A NOVOS DESENVOLVIMENTOS
- SUBSÍDIO SOBRE VENDA MERCADO EXTERNO
- REDUÇÃO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS
- SUBSÍDIO SOBRE A VENDA P/ MERCADO EXTERNO
- REDUÇÃO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS



PRINCIPAIS CONCORRENTES

detroitbrasil.com.br





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

REGISTROS DA VISITA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL AO ESTALEIRO DETROIT



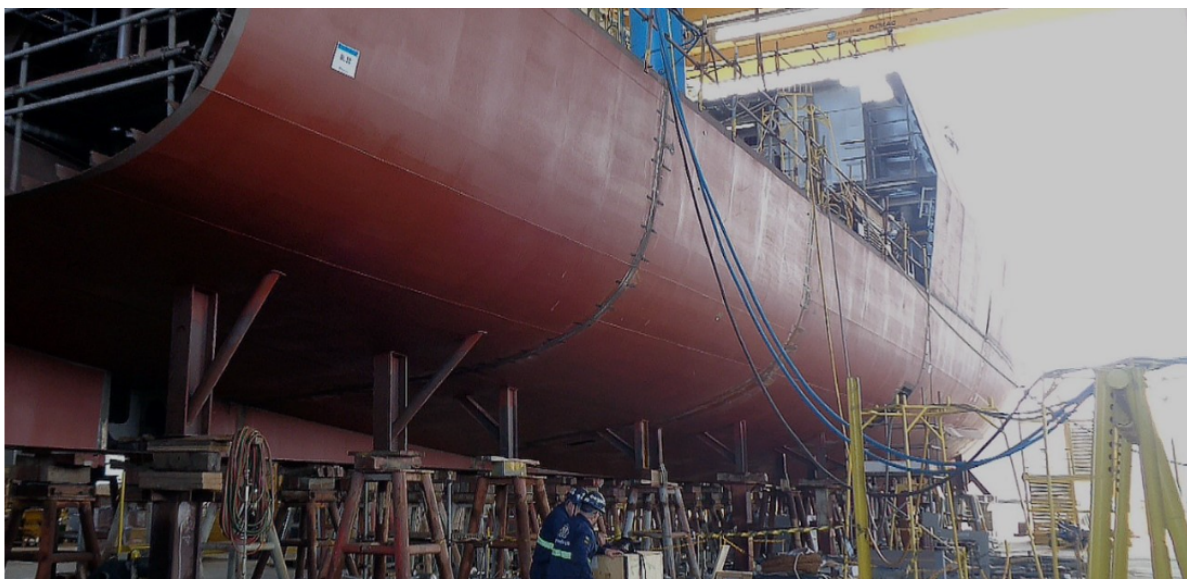


FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

ESTALEIRO THYSSEMKRUPP - EMGEPRON



ATUALMENTE DESENVOLVENDO O PROGRAMA FRAGATAS CLASSE TAMANDARÉ

Formada a partir da aliança entre thyssenkrupp Marine Systems, Embraer Defesa & Segurança e Atech, a Águas Azuis anuncia o atingimento de mais um importante marco no Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT). Como parte do processo de construção da primeira fragata na thyssenkrupp Estaleiro Brasil Sul, em Itajaí (SC), a Fragata “Tamandaré” - F200, destacam-se o posicionamento dos motores principais, dos geradores, das caixas redutoras e dos eixos intermediários do sistema de propulsão a bordo, bem como a edificação de quatro blocos, sendo dois deles onde está localizada a praça de máquinas e outros dois na praça de geração de energia da embarcação.

A metodologia de construção adotada pela thyssenkrupp Estaleiro Brasil Sul prevê a produção das Fragatas Classe Tamandaré em blocos para serem edificados posteriormente. Desse modo, é possível instalar acessórios e fundações de forma antecipada, além de facilitar a colocação de equipamentos a bordo e possibilitar trabalhos em diversos estágios de maneira segregada em cada unidade. A construção em módulos também facilita muito a transferência de tecnologia e know-how, contribuindo também para a redução de custos de manutenção e de modernização ao longo do ciclo de vida da embarcação. Conduzido desde 2017 pela Marinha do Brasil, executado pela Águas Azuis e gerenciado pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), o PFCT é o mais



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

moderno e inovador projeto naval desenvolvido no país, prevendo a construção, em território nacional, de quatro navios de guerra de alta complexidade tecnológica. As embarcações devem atingir capacidade operacional para proteger as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), gerando transferência de tecnologia e licença perpétua, e promovendo a indústria local e a construção naval no país. Prevê-se que o Programa, como um todo, possa gerar cerca de 2 mil empregos diretos e 6 mil indiretos. Mais de 800 colaboradores diretos já foram contratados para trabalhar no estaleiro da thyssenkrupp em Itajaí. Entre os principais fornecedores locais que contribuíram com seus produtos e serviços nesta fase do Programa, destacam-se: Netzsch (bombas); Altona (fundidos); Cozil (cozinha); Ciltech (vasos de pressão); Blastsul (tratamento de chapas grossas e finas); Usiminas (fornecimento de chapas grossas); Sauer do Brasil (compressor de partida); WEG (geradores); Jotun (tintas); Altona (escadas da embarcação).



SOBRE A ÁGUAS AZUIS

A Águas Azuis é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) estabelecida entre a thyssenkrupp Marine Systems, a Embraer Defesa & Segurança e a Atech para a execução do Programa Fragatas Classe Tamandaré para a Marinha do Brasil. As três empresas possuem um sólido e longo histórico de relacionamento com o Brasil, além de forte presença em vários outros países.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

A thyssenkrupp Marine Systems está fornecendo a tecnologia naval de sua comprovada plataforma de construção de navios de defesa da Classe MEKO®, já utilizada em mais de 80 embarcações em operação em Marinhas de 16 países, entre eles Portugal, Grécia, Austrália, Argentina e Argélia.

A Embraer Defesa e Segurança é responsável por integrar sensores e armamentos ao sistema de combate, incorporando ao Programa seus mais de 50 anos de experiência em soluções de tecnologia de sistemas e suporte em serviço.

Já a Atech, empresa do Grupo Embraer, especializada em engenharia e integração de sistemas, é responsável pelo desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Combate (CMS), do Enlace de Dados Tático e pelas atividades de Integração e Testes do sistema de combate, em parceria com a ATLAS ELEKTRONIK, subsidiária da thyssenkrupp Marine Systems, e também do Sistema Integrado de Gerenciamento da Plataforma (IPMS), em parceria com a L3Harris. A Atech participa, em conjunto com a Marinha do Brasil, do processo de Transferência de Tecnologia desses sistemas, atividade de grande importância que permitirá dispor dos conhecimentos e ferramentas para operar e manter os sistemas das fragatas no futuro.

REGISTROS DA VISITA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL AO ESTALEIRO THYSSENKRUPP





FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

CONCLUSÕES E INDICAÇÕES

CONTEÚDO LOCAL

Assim como no segmento de navios, o cenário global da construção naval e offshore, aliado ao arcabouço regulatório brasileiro, resulta na construção da maioria das FPSOs em países asiáticos. No Brasil, a participação se restringe à construção de alguns módulos dessas plataformas, muitas vezes apenas para atender aos requisitos de conteúdo local, atualmente estipulados em 25%, em contraste com os antigos 60%.

Contudo, em alguns casos, as empresas optam por pagar multas em vez de realizar a construção no país. Adicionalmente, temos a imposição de prazos curtos devido ao tempo de viagem do módulo até o local de integração por parte das empresas estrangeiras vencedoras dos processos licitatórios de FPSOs, que é um desafio adicional que os estaleiros brasileiros vêm enfrentando. É imperativo reconhecer o potencial dos estaleiros brasileiros, dotados de capacidade instalada e experiência na execução desses serviços. A integração dos módulos no Brasil não apenas impulsiona a indústria local, mas também garantirá ganhos em termos de tempo e qualidade na construção. Evitar o envio dos módulos para a Ásia para integração e, posteriormente, o retorno ao Brasil, representa uma vantagem significativa em termos logísticos e financeiros uma vez que a viagem de envio dos módulos e a vinda do FPSOs para o Brasil pode levar 180 dias.

Para viabilizar e alavancar a participação da indústria nacional na construção de plataformas no Brasil, para contratos de concessão novos, mesmo que a médio ou longo prazo, será **necessário estabelecer um conteúdo local mínimo** para as plataformas/embarcações. Já em relação aos contratos vigentes, é necessário o efetivo cumprimento do conteúdo local vigente. Atualmente as empresas optam por pagar a multa pelo descumprimento de conteúdo local possibilitando a construção de até 100% das embarcações fora do Brasil. É imperativo que este quadro seja revertido, ou seja, o conteúdo local definido deve ser executado na prática.

A partir deste conteúdo local mínimo, poderá, a cada 1% de conteúdo local adicional ao mínimo realizado, gerar uma redução de 0,1% em Royalties dos contratos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural assinados com a ANP. Para contratos existentes, mesmo que não tenham previsão de conteúdo local, essa medida de incentivo também



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

poderia ser aplicada. Somente para referência, a arrecadação de um projeto típico de médio porte supera o patamar de R\$ 1,5 Bi/ano.

Na contratação de embarcações variadas, plataformas e FPSO, recomendamos abandonar a modalidade de afretamento da unidade, adotando a modalidade EPC (sigla em inglês para Engenharia, Suprimentos e Construção) em múltiplos contratos, com definição de conteúdo local mínimo conforme indicado na tabela “conteúdo local 2”, buscando potencializar as possibilidades de aproveitamento da indústria local.

TABELA CONTEÚDO LOCAL 1: HISTÓRICO E ÍNDICE ATUAIS DE CONTEÚDO LOCAL.

TIPO DE EMBARCAÇÃO	CONTEÚDO LOCAL (<2014)	CONTEÚDO LOCAL ATUAL
FPSO	55% - 65%	25%
Plataformas fixas	65% - 70%	25% - 40%
Unidades de perfuração	65% - 70%	25% - 40%
Navio de abastecimento Offshore	65% - 70%	30% - 50
Navios de carga	60% - 65%	30% - 50%
Navio de instalação de turbina eólica	-	-
Embarcações de abastecimento eólico Offshore	-	-
Subestação eólica Offshore	-	-



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

TABELA CONTEÚDO LOCAL 2: SUGESTÃO DE CONTEÚDO LOCAL PARA ATUALIDADE E PARA OS PRÓXIMOS 5 E 10 ANOS.

TIPO DE EMBARCAÇÃO	CONTEÚDO LOCAL IDEAL	CONTEÚDO LOCAL + 5 ANOS	CONTEÚDO LOCAL + 10 ANOS
FPSO	30%	35%	40%
Plataformas fixas	40%	45%	50%
Unidades de perfuração	40%	45%	50%
Navio de abastecimento Offshore	50%	55%	60%
Navios de carga	50%	55%	60%
Navio de instalação de turbina eólica	40%	45%	50%
Embarcações de abastecimento eólico Offshore	40%	45%	50%
Subestação eólica Offshore	40%	45%	50%

CONTEÚDO LOCAL PARA REPARO NAVAL

Havendo contratos de afretamento ou transporte da Petrobras / Transpetro com terceiros possuam requisitos de prioridade de docagens e reparos a serem realizados em estaleiro nacional, quando em contrato - pelo menos 1 docagem em seco, em estaleiro brasileiro, a



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

cada 3 anos de afretamento do referido navio/embarcação, incluindo aí eventual continuidade de períodos de afretamento

APERFEIÇOAMENTO DAS PENALIDADES PARA NO NÃO CUMPRIMENTO DE CONTEÚDO LOCAL

O baixo percentual da penalidade é atrativo para que as empresas não efetivem ou efetivem apenas parte da aquisição de bens e serviços no mercado local, incluindo a multa no preço de seus produtos e serviços. Recomendamos para análise uma multa que ultrapasse o percentual atual que é de 40% para algo entre 120% a 200%. Essa sugestão é válida levando em conta o baixo índice de conteúdo local obrigatório em relação ao praticado no passado recente. A ideia é simples, o menor conteúdo local diminui o risco de não cumprimento do mesmo por parte das empresas, portanto a multa pode ser maior, uma vez que, com o baixo conteúdo local, a empresa que assumir o contrato, terá total condição de cumprir o percentual mínimo de conteúdo local previsto. Ainda no sentido de tornar mais atrativo o contrato para as empresas, adicionalmente, deverá ser aplicado incentivo/bônus para as empresas operadoras que entregarem níveis de conteúdo local acima do mínimo exigido, tornando o contrato mais atrativo do que o risco da penalidade em si.

É importante ressaltar que “nesta balança” de penalidade x incentivo, quanto maior for o avanço na linha do incentivo para as empresas, menor será a necessidade de conteúdo local pré-definido e por consequência, a aplicação de penalidade também poderá ser reduzida, ou até mesmo, ser extinta.

FINANCIAMENTO

FMM - FUNDO DE MARINHA MERCANTE

ALAVANCAGEM

As linhas de financiamento e garantias oferecidas pelos bancos privados são de difícil acesso, o que impõem riscos elevados aos negócios. Dessa forma, bancos públicos como o BNDES e o acesso mais facilitado ao FMM podem ser instrumentos de alavancagem do setor. Neste sentido, o Fundo de Marinha Mercante deve ser fortalecido para estar preparado para o atendimento da potencial demanda que está por vir, flexibilizando taxas e



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

aumento da carência por meio de definição do Ministério de Portos e Aeroportos para o Conselho Monetário Nacional;

ÂMBITO FEDERAL

Indicamos a possibilidade de destinar até 10% do saldo existente no FMM como Fundo Garantidor, para servir de garantia, juntamente com o próprio bem financiado, a financiamentos tomados em nome de Estaleiros para projetos de investimentos em modernização e aumento de capacidade, junto aos agentes financeiros, com o intuito de adequar o parque industrial naval brasileiro às novas tendências de mercado e às melhores práticas internacionais, passando a atender navios de maior porte e projetos de descomissionamento de forma mais competitiva, não sendo este impacto financeiro relevante para o orçamento do FMM.

OBRIGATORIEDADE DE DOCAGEM PARA NAVIOS FINANCIADOS:

Embarcações financiadas pelo FMM, durante o período de amortização de financiamentos, realizem docagens e reparos em estaleiros nacionais;

AFRMM - ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DO FUNDO DE MARINHA MERCANTE

Cálculo do AFRMM

O AFRMM é calculado sobre o valor do transporte aquaviário (soma do frete internacional e demais taxas constantes do CE-Mercante), aplicando-se seguintes as alíquotas:

- 1 - 8% (oito por cento) na navegação de longo curso;
- 2 - 8% (oito por cento) na navegação de cabotagem;
- 3 - 40% (quarenta por cento) na navegação fluvial e lacustre, quando do transporte de granéis líquidos nas regiões Norte e Nordeste; e
- 4 - 8% (oito por cento) na navegação fluvial e lacustre, por ocasião do transporte de granéis sólidos e outras cargas nas Regiões Norte e Nordeste.

Estudar a aplicação da alíquota do AFRMM que inicialmente era de 25%, referente ao frete internacional e foi reduzido para 8% após a derrubada dos vetos presidenciais pelo Congresso Nacional. Dessa forma, a alíquota passou para 8% após a promulgação das partes vetadas da Lei nº 14.301/22 no Diário Oficial de 25/03/2022.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

FUNDO GARANTIDOR E INCENTIVOS

Estimamos que os estaleiros brasileiros, combalidos pela grave crise que assolou o setor nos últimos anos, terão dificuldades em apresentar as garantias necessárias (seguros e fianças bancárias), mesmo aqueles que forem capazes de contratar tais garantias no mercado, somente as obterão mediante o pagamento de altos valores à bancos e seguradoras, o que impactará diretamente no preço das obras.

Neste sentido, os estaleiros nacionais então têm que se associar com um grupo estrangeiro que, para emprestar suas garantias, exigem uma participação no escopo do trabalho em sua quase totalidade, o que praticamente exclui a participação da indústria nacional no contexto global do objeto.

Viabilizar condições para acesso dos estaleiros às linhas de financiamento do FMM, como forma de superar a dificuldade atual de atendimento às garantias exigidas pelos bancos repassadores se torna fundamental para retomada da indústria naval brasileira.

Sendo assim, se faz necessário para acesso dos estaleiros às linhas de financiamento que possam ser criadas por bancos e até mesmo através do Fundo de Marinha Mercante. Esta seria uma forma de superar a dificuldade atual para atender as exigências de garantia dos possíveis bancos financiadores.

Entendemos que a indústria da construção naval brasileira se beneficiaria muito com a criação de um novo Fundo Garantidor para o setor, nos moldes do antigo Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN) instituído pela Lei 11.786/2008.

PROREFAM

Criação de um grupo de trabalho integrado por representantes do Fórum e da Petrobras para discutir as bases para lançamento de uma nova fase do PROREFAM - Programa de Renovação da Frota de Apoio Marítimo à Exploração e Produção, recuperando a experiência proveitosa baseada em construção no Brasil, conteúdo local obrigatório e garantia de contratos com duração compatível com o prazo de amortização dos financiamentos.

PROME F



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

Criação de um grupo de trabalho integrado por representantes do Fórum, da Petrobras e da Transpetro para discutir as bases para o lançamento de uma nova fase do PROMEF - Programa de Modernização e Expansão da Frota da TRANSPETRO.

BANCO ESTATAL DE FOMENTO

Na condição de gestor dos recursos do Fundo de Marinha Mercante, garantir a atuação do BNDES como banco estatal de fomento, focado no desenvolvimento econômico e social, proporcionando um ambiente de negócios favorável à expansão da frota de bandeira brasileira e construída no Brasil. Ajustar as regras para financiamento e refinanciamento dos estaleiros e das embarcações, construídas em condições compatíveis com a finalidade do banco e que permitam a competitividade das empresas brasileiras no setor.

EMBARCAÇÕES IRMÃ DULCE E ZÉLIA GATTAI

Diálogo junto ao BNDES para articular plano para recuperação de dois navios que são do BNDES atualmente (justificativa do valor de leasing pelo BNDES deveria ser maior do que o valor do aço sucata).

Irmã Dulce

Segundo a Transpetro, subsidiária da Petrobras, essa é a décima embarcação do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) a atingir a fase de lançamento no prazo de quatro anos. O navio está com 95% de obras concluídas, faltando então, apenas 5% para ser finalizado e entrar em operação.

Ficha Técnica:

Tipo : Petroleiro Panamax
Porte bruto : 72.900 Toneladas
Comprimento : 228 m
Boca : 40 m
Calado : 12 m
Altura : 48,3 m
Velocidade : 15 nós
Capacidade para transporta 90,2 milhões de litros



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

O Irmã Dulce é o segundo de uma série de quatro petroleiros do tipo panamax, termo que designa os navios que, devido às suas dimensões, alcançaram o tamanho limite para passar nas eclusas do Canal do Panamá.

Zélia Gattai

O petroleiro é o terceiro de uma série de quatro do tipo panamax que estão sendo batizados em homenagem a mulheres marcantes para a história e a cultura brasileiras. Utilizado para o transporte de petróleo e derivados escuros, ele tem 228 metros de comprimento, 48,3 de altura e capacidade para transportar 90,2 milhões de litros – de 65 mil a 80 mil toneladas de porte bruto (TPB). O navio está com 89% de obras concluídas, faltando então, apenas 11% para ser finalizado e entrar em operação.

Ficha técnica

Tipo: petroleiro panamax (a denominação panamax se deve ao fato de o navio ter porte similar àqueles que passam nas eclusas do Canal do Panamá)

Porte: 72.900 Toneladas de Porte Bruto (TPB)

Comprimento: 228 m

Boca: 40 m

Calado: 12 m

Altura: 48,3 m

Velocidade: 15 nós

Transporta: petróleo e derivados escuros

Capacidade de transporte: 90,2 milhões de litros

PETROBRAS E TRANSPETRO

Navios

Foram incluídos no PE 24-28 da Petrobras quatro navios da classe Handy2 para implementação e a previsão para avaliação incluindo ainda oportunidades adicionais, as quais serão informadas oportunamente.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

Ainda referente às oportunidades adicionais apuramos que a necessidade mínima será de 12 navios. Caso seja um número menor, promoverá um encarecimento ainda mais acentuado no valor final das embarcações, reforçando a tese de que construir no Brasil é muito caro, além de ser uma demanda a quem da capacidade instalada dos estaleiros brasileiros. Já construindo 12 embarcações voltaremos a ter a indústria naval como indutora da economia brasileira, além de tornar o preço final das embarcações construídas no Brasil, mais competitivo.

Embarcações de apoio

Embarcações de apoio para as operações de E&P (até 36 embarcações) para atendimento à demanda de exploração e produção offshore incluindo a atividade de controle de emergência. A demanda prevista para estas embarcações já está inserida no custeio do Plano Estratégico de 2024 a 2028.

- 10 PSVs: Platform supply vessel;
- 16 RSVs: Remotely support vessel;
- 10 OSRVs: Oil spill response vessel;

Módulos plataformas

Atualmente em execução no Brasil temos módulos das unidades FPSO Alexandre de Gusmão, FPSO Almirante Tamandaré, FPSO P-78, P-79, P-80, P-82 e P-83.

Estão em processo de contratação as P-84, P-85, SEAP-1 e SEAP-2. Todas essas plataformas têm previsão de execução de parcela das obras no Brasil, atendendo às exigências de conteúdo local. As obras de construção de módulos estão ocorrendo de 2023 a 2025.

INSTITUTO DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Criação do Instituto da Indústria Naval Brasileiro composto por entidades de classe, visando aprimorar o planejamento do setor a médio e longo prazo, atuando de forma análoga à EPE (Empresa de Pesquisa Energética) para o setor.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

Através do Instituto criar o Fórum da universidades, institutos federais e sistema S, em especial o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, visando a qualificação técnica e coordenação de iniciativas de engenharia naval junto às universidades e demais entidades de classe.

DESCOMISSIONAMENTO

Além das duas unidades já vendidas (P-32 e P-33), há uma lista de 51 unidades fixas e flutuantes para descomissionamento no período até 2030. Não se entende que o descomissionamento seja uma atividade fim para a indústria naval, mas neste momento de reconstrução é considerada uma demanda relevante para o setor em oportunidades complementares e que merece atenção do Governo Federal como formulador de políticas industriais é o descomissionamento e o desmantelamento de embarcações e outros ativos offshore.

A Petrobras prevê um aporte de US\$ 9,8 bilhões no quadriênio 2023-2027 para atividades de descomissionamento de infraestruturas de produção. É de suma importância estratégica que estas atividades sejam desenvolvidas no Brasil, seja do ponto de vista econômico e de geração de emprego e renda, seja do ponto de vista ambiental, de forma a garantir que este trabalho complexo seja feito em estrita observância das normas de tratamento e descarte de material poluente e contaminado.

Além dos ativos da Petrobras, que deve ser olhada como principal indutora do desenvolvimento das atividades de descomissionamento e desmantelamento no Brasil, existe um enorme mercado, dentro e fora do País, para o “desmonte verde” de embarcações de empresas privadas de navegação. Após enormes pressões internacionais contra a utilização dos “cemitérios de navios”, localizados principalmente na Ásia e na Turquia, por suas práticas trabalhistas e ambientais extremamente reprováveis, as empresas de navegação do mundo inteiro estão atualmente em busca de alternativas sustentáveis para o descarte de suas embarcações em final de vida útil.

O Brasil tem tudo para ser protagonista neste novo mercado, necessitando da atuação do Governo Federal para que uma política industrial seja colocada em prática para esta atividade de forma a garantir que a demanda da Petrobras para o descomissionamento seja atendida no Brasil e aparar as arestas regulatórias que ainda existem quanto ao descomissionamento e ao desmantelamento para dotar estas atividades de segurança



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

jurídica, principalmente no âmbito da Receita Federal, dos órgãos ambientais e das regulamentações da Marinha do Brasil (NORMANs).

SECRETÁRIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO MAR

Nesse contexto, fica cada vez mais evidente a necessidade de uma Estratégica Nacional para a Indústria Naval como uma estratégia do Estado brasileiro, não apenas como iniciativa de governos. A exemplo de países desenvolvidos como o Reino Unido, Austrália e Canadá se fazem necessárias frente ao mercado nacional, a consolidação de legislação que pautar a conduta de instituições governamentais ao longo de uma moldura temporal média de 30 anos, incluindo as das Empresas Públicas e das suas Marinhas, reduzindo as incertezas dos investimentos.

A composição de uma Secretaria Nacional da Economia do Mar (SNEM) deve ser definida de acordo com as prioridades do governo brasileiro para o setor marítimo. No entanto, é possível identificar alguns temas que devem ser abordados pela SNEM, tais como:

- Pesca e Aquicultura: A SNEM deve desenvolver políticas para o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura, garantindo a segurança alimentar e a conservação dos recursos pesqueiros.
- Navegação e Transporte Marítimo: A SNEM deve promover o desenvolvimento da navegação e do transporte marítimo, garantindo a segurança e a eficiência das operações.
- Indústria Naval: A SNEM deve apoiar o desenvolvimento da indústria naval, gerando empregos e renda para o país.
- Energia Renovável Oceânica: A SNEM deve promover o desenvolvimento da energia renovável oceânica, como a energia eólica offshore e a energia solar fotovoltaica offshore.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

- Turismo Marítimo: A SNEM deve promover o turismo marítimo, incentivando o desenvolvimento de atividades turísticas relacionadas ao mar.

A partir desses temas, é possível definir a composição da SNEM, que deve incluir as seguintes áreas:

- Subsecretaria da Pesca e Aquicultura: responsável por desenvolver políticas para o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura.
- Subsecretaria da Navegação e Transporte Marítimo: responsável por promover o desenvolvimento da navegação e do transporte marítimo.
- Subsecretaria da Indústria Naval: responsável por apoiar o desenvolvimento da indústria naval.
- Subsecretaria da Energia Renovável Oceânica: responsável por promover o desenvolvimento da energia renovável oceânica.
- Subsecretaria do Turismo Marítimo: responsável por promover o turismo marítimo.

Além dessas áreas, a SNEM também deve contar com uma equipe de apoio, que pode incluir profissionais das áreas de planejamento, orçamento, gestão de projetos, comunicação e relações internacionais.

A composição específica da SNEM deve ser definida pelo governo brasileiro, de acordo com as prioridades do setor marítimo. No entanto, a estrutura proposta acima pode servir como um ponto de partida para a discussão desse tema.

As diretorias da Subsecretaria da Indústria Naval (SINA) devem ser criadas de acordo com as prioridades do governo brasileiro para o setor naval. No entanto, é possível identificar alguns temas que devem ser abordados pela SINA, tais como:

- Diretoria de Desenvolvimento de Produtos e Serviços: responsável por promover o desenvolvimento de novos produtos e serviços navais, aumentando a competitividade da indústria brasileira.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

- Diretoria de Tecnologia e Inovação: responsável por apoiar o desenvolvimento de tecnologia e inovação no setor naval, garantindo a competitividade da indústria brasileira no longo prazo.
- Diretoria de Qualificação Profissional: responsável por promover a qualificação profissional dos trabalhadores do setor naval, garantindo a competitividade da indústria brasileira.
- Diretoria de Mercado e Comércio Exterior: responsável por promover o acesso da indústria naval brasileira aos mercados internacionais, aumentando as exportações e gerando empregos.
- Diretoria de Regulamentação: responsável por promover a regulamentação do setor naval, garantindo a segurança e a eficiência das operações.

Além dessas diretorias, a SINA também pode contar com uma diretoria-geral, responsável pela gestão geral da subsecretaria.

A composição específica das diretorias da SINA deve ser definida pelo governo brasileiro, de acordo com as prioridades do setor naval. No entanto, a estrutura proposta acima pode servir como um ponto de partida para a discussão desse tema.

A seguir, são apresentadas algumas descrições mais detalhadas das atribuições das diretorias propostas:

Diretoria de Desenvolvimento de Produtos e Serviços

- Promover o desenvolvimento de novos produtos e serviços navais, com foco em inovação e sustentabilidade.
- Apoiar a indústria naval brasileira no desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento.
- Promover a cooperação internacional no desenvolvimento de produtos e serviços navais.

Diretoria de Tecnologia e Inovação

- Apoiar o desenvolvimento de tecnologia e inovação no setor naval.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

- Promover a capacitação de recursos humanos para a área de tecnologia e inovação naval.
- Estimular a pesquisa e desenvolvimento no setor naval.

Diretoria de Qualificação Profissional

- Desenvolver programas de qualificação profissional para o setor naval.
- Promover a cooperação entre a indústria naval e as instituições de ensino.
- Estimular a formação de mão de obra especializada no setor naval.

Diretoria de Mercado e Comércio Exterior

- Desenvolver ações para promover o acesso da indústria naval brasileira aos mercados internacionais.
- Apoiar a exportação de produtos e serviços navais brasileiros.
- Promover a cooperação internacional no setor naval.

Diretoria de Regulamentação

- Acompanhar as normas e regulamentações internacionais do setor naval.
- Propor normas e regulamentações nacionais para o setor naval.
- Promover a segurança e a eficiência das operações navais.

BR DO MAR

A indução de demanda é fundamental, assim como a manutenção da bandeira brasileira na cabotagem e no apoio marítimo. Os EUA, nação mais liberal do mundo, exige que todas as embarcações sejam construídas no próprio país, e os tripulantes envolvidos nessas atividades sejam estadunidenses. No Brasil, a Lei 14.301/22 (“BR do Mar”) abriu esse mercado, num enorme retrocesso, razão por que defendemos sua revisão, garantindo a soberania e a indústria naval nacional, a navegação de bandeira nacional e a empregabilidade dos brasileiros.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

Incluir no decreto que regulamenta a Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022, que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar), os itens abaixo:

Artigo 17 - § 5º Para o transporte de petróleo e seus derivados na navegação de cabotagem nacional considerar-se-á o equivalente a 50% (cinquenta por cento) da soma da tonelage de embarcações brasileiras, construídas no Brasil, efetivamente operantes, de propriedade do grupo econômico, como limite para o afretamento de embarcações estrangeiras de que trata o caput.

Art 20 § 5º Para o transporte de petróleo e seus derivados na navegação de cabotagem nacional considerar-se-á o prazo de 15 (quinze anos) como prazo mínimo de vigência do contrato entre a empresa brasileira de navegação e o embarcador da carga, para fins do direito de afretamento de embarcações estrangeiras de que trata o caput.

A lei 14.301 conhecida como Br do Mar promoveu diversas alterações no cenário da indústria naval brasileira. Uma alteração sensível foi a redação dada, através do seu artigo 19, que faz referência ao artigo 10 da Lei 9432 da ordenação do transporte aquaviário brasileiro.

A referida alteração permite que, após 48 meses de vigência da Lei 14.301, ou seja, a partir de 2026, o afretamento a casco nú de embarcações estrangeiras, com suspensão de bandeira, para navegação de cabotagem.

Visando o conteúdo local, a retomada da indústria naval brasileira e o fortalecimento da cadeia produtiva naval, sugerimos as alterações abaixo:

“supressão dos parágrafos 1º ao 7º do artigo 10 da lei 9432”.

“Revogação do artigo 13 da lei 14.301”.

Em face da importância econômica, social e política do transporte marítimo que, no caso brasileiro, responde por mais de 95% da tonelage de trocas de bens, a existência de uma Marinha Mercante desenvolvida e autossustentável é de grande relevância para o Brasil.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

Nesta direção, ao longo dos últimos trinta anos, várias ações governamentais nos setores da construção naval e transporte marítimo foram implementadas e obtiveram sucesso em maior ou menor grau.

Notadamente, tais políticas tiveram como base as Leis nº 9.432 de 1997 (Ordenação do Transporte Aquaviário) e nº 10.893 de 2004 (Criação do AFRMM e do Fundo da Marinha Mercante), que, por óbvio, após 26 e 19 anos de vigência, respectivamente, precisam ser atualizadas para acompanharem a dinâmica dos mercados que se propõem a regular.

Entretanto, não podemos confundir atualização com demolição das políticas nelas estabelecidas e em prática por tantos anos, especialmente no que tange à proteção da bandeira nacional e ao financiamento à indústria naval, pilares básicos e imprescindíveis para o desenvolvimento da navegação e dos estaleiros brasileiros.

A Lei conhecida como BR do Mar (Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022) é extremamente prejudicial aos objetivos descritos acima, na medida em que promove uma desleal e desproporcional abertura da cabotagem brasileira, sem qualquer contrapartida e sem tributação, na entrada, a navios de bandeiras estrangeiras, atendendo aos interesses das grandes frotas estrangeiras em detrimento das EBNs de frota nacional e da indústria nacional.

Como dito, a referida Lei, na contramão do que fazem os países com vocação naval semelhante à do Brasil, como os EUA, possibilita, através de diversos mecanismos, acesso quase ilimitado à cabotagem brasileira para embarcações estrangeiras, que entram no País virtualmente sem tributação, advindas de países que incentivam e (mais do que isso) subsidiam suas indústrias navais.

Parece-nos que o racional que embasa a BR do Mar encontra-se em total descompasso com a política do Governo Federal, que é a geração de empregos diretos e indiretos na indústria naval e na armação e operação de embarcações brasileiras, bem como a busca pela autossuficiência da Nação no transporte de suas mercadorias como forma de atingimento de sua independência logística.

Outro ponto destrutivo contido na BR do Mar foi a redução da alíquota do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) de 25% para 8% sobre o valor do frete, ao mesmo tempo que ampliou o acesso aos recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para o setor portuário. Estas duas medidas certamente resultarão na escassez de recursos para o objetivo precípua do FMM, que é financiar a construção naval brasileira.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

É crucial para a existência da indústria naval brasileira que estes pontos sejam cuidadosamente revistos e não nos parece que a minuta do Decreto de regulamentação da BR do Mar que tem sido veiculada no Governo e no setor esteja endereçando estas questões de maneira satisfatória. A indicação seria modificar a BR do Mar para reduzir drasticamente a flexibilização de importação de embarcações estrangeiras sem impostos para operação na cabotagem e o acesso do setor portuário ao FMM.

Entendemos que o melhor para o desenvolvimento da indústria naval e da navegação brasileira será a atualização das Leis nº 9.432 de 1997 e nº 10.893 de 2004, e não a demolição das políticas nelas estabelecidas e bem-sucedidas durante mais de duas décadas, conforme fez a BR do Mar.

DESONERAÇÃO DA FOLHA DOS ESTALEIROS

Por se tratar de um setor de mão de obra intensiva e pelo fato de que a folha salarial é uma das principais rubricas a serem consideradas na composição do preço de uma embarcação construída no Brasil, a inserção do setor de construção naval dentre os setores abarcados pela Desoneração da Folha teria impacto muito relevante na redução do preço dos navios brasileiros.

DESONERAÇÃO DA FOLHA DOS MARÍTIMOS

O principal custo operacional (opex) de uma EBN é a sua folha de pagamento. Os encargos sobre a folha alargam a distância de custos entre uma empresa nacional operando com embarcação e tripulação brasileiras e uma empresa estrangeira operando com embarcação estrangeira e tripulação que, quando muito, atinge o patamar de 1/3 de brasileiros.

Um excelente incentivo à construção de embarcações no Brasil seria a criação de um mecanismo que permitisse a desoneração da folha de pagamento dos marítimos empregados por uma EBN em uma embarcação construída no Brasil.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

COMPOSIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Câmara dos Deputados

Anexo IV, Gab. 452 - +55 (61) 3215.5452

AGRADECIMENTO

Não seria possível citar todas as instituições que auxiliaram os trabalhos da Frente Parlamentar da Indústria Naval Brasileira durante o segundo semestre de 2023, contudo, algumas entidades merecem nosso reconhecimento e agradecimento pela dedicação e colaboração com as atividades e debates realizados pela Frente.

ENTIDADES INTEGRANTES NA MODALIDADE DE COLABORADORA

SINAVAL - Sinaval Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore;

CNM/CUT - Confederação Nacional dos Metalúrgicos;

FUP - Federação Única dos Petroleiros;

CONTTMAF - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos;

TRANSPETRO

ENTIDADES APOIADORAS

CTN/RJ - Cluster Tecnológico do Rio de Janeiro;

PETROBRAS;

EMGEPRON;

ABIMAQ;

CTB - Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil;

SINICON - Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada;

SINDMETAL - Sindicato dos Metalúrgicos;

Abraão Salomão;

ABAC - Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem

ACADEMIA

FURG - Universidade Federal do Rio Grande;

UFF - Universidade Federal Fluminense;

UERJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro;

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;